Coleção Assistec Inova
Inovação, Empreendedorismo
e Sustentabilidade na rede EPT

MEC/Coagri:
Uma Experiência Inovadora e Inclusiva no Ensino Agrotécnico no Brasil

Franclim Costa do Nascimento
Ena Araújo Galvão
Nilton Nélio Cometti
Oscar Lamounier Godofredo Júnior



Edifes PARCERIA

editora IFPB

Assistec inova | INSTITUTO FEDERAL Espírito Santo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

MEC/Coagri:
Uma experiência inovadora e inclusiva no Ensino Agrotécnico do Brasil

Franclim Costa do Nascimento
Ena Araújo Galvão
Nilton Nélio Cometti
Oscar Lamounier Godofredo Júnior

Edifes PARCERIA
editora IFPB

Vitória, 2026

COAGRI

INSTITUTO FEDERAL
Paraíba
Campus Sousa

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidência da República

LEONARDO OSVALDO BARCHINI ROSA
Ministro de Estado da Educação

MARCELO BREGAGNOLI
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

SÉRGIO PEDINI
Diretor de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica

MARCELA FERREIRA PAES
Coordenadora-Geral de Incentivo à Cooperação e Inovação da Educação Profissional e Tecnológica

Assistec inova

WANDERSON ROMÃO (Ifes)
Coordenador do Projeto Assistência Técnica para a Inovação e Empreendedorismo (Assistec Inova)

AUTORES
Franclim Costa do Nascimento
Ena de Araújo Galvão
Nilton Nélio Cometti
Oscar Lamounier Godofredo Júnior

COLABORADORES
Olga Diniz de Carvalho Botelho
Maria Fátima das Graças Reis Duarte

© 2026 Instituto Federal da Paraíba (IFPB) - Editora IFPB.
© 2026 Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) - Editora Edifes.

Esta licença permite o download e o compartilhamento da obra desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem possibilidade de alterá-la ou utilizá-la para fins comerciais.

OPEN ACCESS

4.0 Internacional

Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
R. Barão de Mauá, nº 30 – Jucutuquara
29040-689 – Vitória – ES
www.edifes.ifes.edu.br | editora@ifes.edu.br

Edifes
Editora do Ifes

Av. João da Mata, 256 - Jaguaribe
CEP: 58015-020, João Pessoa - Paraíba
Fone: (83) 3612-9722 l E-mail: editora@ifpb.edu.br

editora
IFPB

Reitora: Adriana Pionttkovsky Barcellos
Pró-Reitor de Administração e Orçamento:
Leandro Bitti Santa Anna
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional:
Eglon Rhuan Salazar Guimarães
Pró-Reitor de Ensino: Sanandreia Torezani Perinni
Pró-Reitor de Extensão: Anderson Rozeno Bozzetti Batista
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação:
Maíra Maciel Mattos de Oliveira
Diretor de pesquisa: Gabriel Domingos Carvalho
Coordenador da Edifes: Adonai José Lacruz
Coordenador adjunto da Edifes: Marcio de Souza Bolzan

Conselho Editorial
Adrianna Machado Meneguelli * Aline Freitas da Silva de Carvalho * Ana Raquel Santos de Medeiros * Elias Rocha Gonçalves Júnior * Isaias Alves * Jorge Henrique Gualandi * Luiz Henrique Lima Faria * Marta Talitha Carvalho Freire Mendes * Quezia Barbosa Oliveira Amaral * Rafael da Silva Marques Ferreira * Rogério Luiz Pin Callegari * Viviane

Reitora: Mary Roberta Meira Marinho
Pró-Reitora de Pesquisa Inovação e Pós-Graduação:
Deyse Morgana das Neves Correia
Pró-Reitor de Ensino: Neilor Cesar dos Santos
Pró-Reitora de Extensão e Cultura:
Maria José Batista Bezerra de Melo
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis:
Anna Clara Feliciano Mendonça
Pró-Reitora de Administração e Finanças:
Maria Cleidenedia Morais Oliveira
Diretor Executivo da Editora IFPB:
Carlos Danilo Miranda Regis

Revisão editorial: Denise Ferreira
Projeto gráfico: Fabrício Vieira de Oliveira, Raoni Xavier Lucena e Silvio José de Alencar
Diagramação: Raoni Xavier Lucena e Silvio José de Alencar
Capa: Raoni Xavier Lucena
Ilustrações: Raoni Xavier Lucena

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada na Editora IFPB por Valmira Perucchi CRB/15 – 240

N244m Nascimento, Franclim Costa do
MEC/Coagri: uma experiência inovadora e inclusiva no ensino agrotécnico do Brasil / Franclim Costa do Nascimento, Ena Araújo Galvão, Nilton Nélio Cometti e Oscar Lamounier Godofredo Júnior. – Vitória, Edifes Parceria; João Pessoa: Editora IFPB, 2026.

79 p.: il. Color. (Coleção Assistec Inova - inovação, empreendedorismo e sustentabilidade na rede EPT).

ISBN: 978-85-5449-038-6 Editora IFPB (Digital)
ISBN: 978-65-5331-302-6 Edifes Parceria (Digital)

DOI: https://doi.org/10.18265/editoraifpb.547

1. Coordenação Nacional de Ensino Agrícola - Coagri. 2. Ensino agrícola. 3. Sistema escola-fazenda. 4. Escolas agrotécnicas. I. Galvão, Ena Araújo. II. Cometti, Nilton Nélio. III. Godofredo Júnior, Oscar Lamounier. IV. Título.

CDU: 373.68

ABEU
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Lista de Figuras

Figura 1 – Equipe Coagri 12

Figura 2 – Organograma da Coagri 24

Figura 3 – Localização das Escolas da Rede Federal de Ensino Agropecuário 25

Figura 4 – UEP Bovinocultura 31

Figura 5 – UEP de Bovinocultura e Apicultura do IFB *Campus* Planaltina, Típica UEP de Bovinocultura com sala de aula, sala de professor, banheiros e armazém de ferramentas (dormitório de alunos em alguns casos) 37

Figura 6 – UEP de Jardinocultura 45

Sumário

Homenagens 9

Agradecimentos especiais 12

Prefácio 14

Apresentação 17

1 Introdução 23

2 O Sistema Escola- Fazenda: aprender a fazer e fazer para aprender 26

2.1 Eixo pegagógico 26

2.1.1 Implantação do Sistema Escola-Fazenda 28

2.1.2 O desenvolvimento do Sistema Escola-Fazenda 29

2.1.3 O Sistema Escola-Fazenda renovado 31

2.2 Eixo da gestão 40

2.2.1 A comunicação e a informação na Coagri e Instituições de Ensino 41

2.2.2 A formação dos formadores e a gestão do processo .. 41

2.2.3 Financiamento e renovação nas escolas 44

3 O legado da Coagri 46

3.1 As Escolas Agrotécnicas Federais e a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na atualidade 49

3.2 Considerações finais 51

Referências Consultadas 55

Glossário de siglas 57

Anexos 59

DEPOIMENTOS 59

Da Coagri-Sede 59
Antonio Ferreira de Oliveira 59
Antonio Wilson de Araujo Lopes 60
Ena Araújo Galvão 60
Francisca Lúcia Teles Guimarães 62
Franclim Costa do Nascimento 62
Geraldo Martuchelli (***In Memoriam***) 63
Ione Gomes Adriano 64
José Roberto Barbosa dos Santos 65
Maria José dos Santos Jaime 66
Sara Snel de Oliveira 66
Selma Fonseca Saúde de Lima 67

Das Escolas Agrotécnicas Federais 67
Alberto Aciole Bomfim 67
João Batista Kefler Pinotti 68
José de Oliveira Campos 70
José Cimino 71
Marcelo Bregagnoli 73
Neiva Poletto (***In Memoriam***) 74
Nilton Nélio Cometti 75

Posfácio 78

Homenagens

Seria justo que homenageássemos todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para alavancar a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (Coagri), seja na sede ou nas escolas da rede, e fazer dela um órgão especial do MEC, que transformou o ensino nos ginásios e colégios agrícolas, em uma política pública relevante.

Se considerarmos todos os envolvidos do nível central e das escolas dispersas no Brasil, seriam muitas pessoas, entre estas, algumas já se foram. Optamos, dessa forma, por escolher três pessoas, em nome das quais, reverenciamos todas aquelas que estiveram "presentes" no ensino agrícola, ocupando diferentes cargos e funções. Assim, esperamos que esse universo de trabalhadores e trabalhadoras se sinta incluído nesta justa homenagem.

Rubem Carlos Ludwig

O ministro Ludwig teve uma atuação na área da educação, com dividendos positivos no campo da gestão, entre outras a modernização da administração do MEC e a reposição de verbas substantivas para o órgão, além da disponibilização do Clube Asmec para que os servidores e seus familiares pudessem desfrutar de lazer nos finais de semana.

Na área educativa propriamente dita, implantou um plano de reclassificação da carreira docente superior, fortaleceu o Mobral, reajustou o salário dos professores federais para evitar greves, reformulou a lei de ensino profissionalizante do 2º grau, priorizou o ensino de 1º e 2º graus e implantou um programa cultural no país, tendo como fundamento a busca das "raízes brasileiras". Além disso, recusou-se a reconhecer novos cursos universitários para dar ênfase ao ensino básico e redirecionou maior volume de recursos para este nível de ensino.

Foi considerado o ministro da Educação com mais força junto aos centros decisórios no período dos governos militares. Sua gestão no MEC foi considerada positiva tanto pela comunidade de ensino quanto pela imprensa. Quando anunciou que deixaria a pasta em 1982, os reitores das universidades manifestaram publicamente sua contrariedade e apreensão.

Por que o ministro Ludwig foi tão importante para a Coagri?

Sensível à educação, visitou a sede em Brasília, na companhia do "Coronel Torquato" (Prof. José Torquato Caiado Jardim, diretor do Departamento de Ensino Médio - DEM) e do diretor geral da Coagri, Prof. Oscar Lamounier Godofredo Júnior. Posteriormente, visitou o Colégio Agrícola de Quissamã, em São Cristóvão (SE) e ficou encantado com o que presenciou, prometendo mais recursos para melhorar a infraestrutura da rede, promessa que efetivamente cumpriu. Em 1983, foi paraninfo dos formandos Técnicos em Agropecuária da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena (MG) e, prestes a sair do MEC, ainda intermediou, junto ao presidente da República, a publicação de um decreto, reconhecendo a profissão do técnico agrícola. Mais um sucesso alcançado.

José Torquato Caiado Jardim ("Coronel Torquato")

O "Coronel Torquato", como carinhosamente o chamávamos, era o diretor do Departamento do Ensino Médio (DEM/MEC), ao qual a Coagri estava vinculada. Temos que reconhecer seu lugar e colocá-lo em destaque, por sua luta pela causa do ensino agropecuário. Acompanhava de perto as conquistas da Coagri e colocava a equipe do DEM à disposição das assessorias que necessitávamos. Era uma presença constante entre nós.

Ao longo da nossa caminhada ele sempre coordenou e orientou as ações, questionando e nos fazendo pensar, usando o senso crítico, a inteligência, a compreensão e a dedicação.

Serviu de ponte, junto ao ministro, para obter financiamento internacional com vistas à construção e reforma de instalações, aquisição de equipamentos audiovisuais e maquinário agrícola para sede das escolas da rede e os espaços educativos localizados no campo, como as salas-ambiente[1]. Foi adquirido um plantel de matrizes bovinas e suínas para melhorar a qualidade nas escolas. Diante de cada vitória alcançada, ele comemorava conosco.

Oscar Lamounier Godofredo Júnior

"Doutor" (ou "Professor") Lamounier, como era chamado, sempre foi uma pessoa dedicada, comprometida, cujo senso de humor, aliado à grande capacidade comunicativa, alicerçado por uma base consistente de conhecimento, fazia nosso trabalho ficar mais leve, mais suave e menos angustiante. Misturava instigação (como ele perguntava e cobrava... ufa!), conflito, angústia, sentimen-

1 A sala ambiente se constituía, e ainda remanesce nos *campi* agrícolas do Institutos Federais, como uma sala de aula com banheiros e sala de apoio do professor, localizada dentro da área de prática, como por exemplo: bovinocultura, suinocultura, culturas anuais, fruticultura e outras.

tos e conselhos (sem falar o apoio), que moviam as pessoas e as deslocava de sua zona de conforto.

Era uma luta quase insana por ser algo novo e complexo, além das condições político-econômicas nem sempre favoráveis. Dividimos sonhos que foram paulatinamente se materializando, mas não como um milagre, e sim como resultado de luta, de muito trabalho, da perseverança e da audácia de tentar fazer o novo e o diferente. Sua trajetória profissional demonstrou que as mudanças necessárias eram resultado de determinação e persistência. Trabalhar sob a batuta desse economista-educador-professor, nos fez sentir construtivos, produtivos e o que é melhor: úteis à educação do Brasil.

"Chefe" Lamounier, você é e sempre será uma daquelas pessoas que permanecem, seja pelo seu compromisso e firmeza de propósitos ou pela capacidade de aceitar o novo, não apenas pelo fato de ser novo, mas um novo producente. Como gestor, seu compromisso norteou as ações e os sucessos obtidos. Não fomos perfeitos, mas sempre tivemos em vista a perfeição.

Ao fazer estas homenagens aos três expoentes que nos representaram no grande trabalho desenvolvido por toda a "Família Coagrina", nosso objetivo foi, tão somente, considerar a perspectiva histórica das políticas públicas, com evidência para a política da educação no campo, seus acertos e limitações. Por isso mesmo, é tão bem-vindo o registro destas memórias, ainda que de forma suscinta, cumprindo o dever de não deixar esquecer o compromisso de um coletivo capaz de produzir em tão pouco tempo (aproximadamente uma década), árvores frutíferas que até hoje alimentam sonhos e utopias, pois são elas que nos fazem caminhar.

Este relato nos trouxe a oportunidade de outra vez admirar uma trajetória compartilhada em muitos momentos, já cientes de que existem diversas leituras das experiências narradas e retratadas nesta narrativa, produzidas em um período tão curto, mas que deixou rastros importantes que ficarão para a posteridade.



Agradecimentos especiais

É mister registrar que este livro se tornou concreto porque contou com a colaboração de muitos que passaram pela Coagri e lá deixaram sua contribuição. Gratidão aos colegas da sede, aos diretores gerais, coordenadores e outros colegas servidores das escolas agrotécnicas federais. A eles foi atribuída a missão de viabilizar as ações desenvolvidas nas escolas, com vistas à sustentabilidade das atividades educativas, decorrentes da implantação do Sistema Escola-Fazenda. E, finalmente, aos discentes de toda a rede, razão de tanto esforço e luta desse coletivo de trabalhadores distribuídos pelas Unidades da Federação.

Seria inviável nominar todos aqueles que deixaram suas marcas, assegurando um ensino de qualidade. Não se pode aqui correr o risco de cometer injustiças.

Observação: em um "especial afetuoso", dedicamos este livro à memória de Raimundo Nonato do Nascimento, Geraldo Martuchelli ("Gê Martú"), Neiva Poletto e Vera Versiani.

Figura 1 – Equipe Coagri



Fonte: arquivo "Amigos da Coagri"

“Tenha em mente: o maior reconhecimento do seu trabalho é o sucesso dos resultados!”

Élida Pereira Jerônimo

Prefácio

Preservar a memória da educação profissional brasileira é também reconhecer os caminhos que nos trouxeram até aqui. Nesse sentido, este livro cumpre uma missão relevante: resgatar a história da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (Coagri) e registrar a contribuição de homens e mulheres que ajudaram a transformar o ensino agrícola e a educação do campo em uma política pública de formação, inclusão, acesso, permanência e desenvolvimento educacional.

Criada em um período no qual as instituições de ensino agrícola possuíam limitações estruturais, pedagógicas e administrativas, a Coagri assumiu o desafio de organizar uma rede de escolas distribuídas por diferentes regiões do país. Sua atuação possibilitou a aplicação otimizada de investimentos em infraestrutura, equipamentos, formação de profissionais e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que aproximavam a aprendizagem da realidade social, econômica e produtiva do meio rural.

O Sistema Escola-Fazenda, sintetizado na expressão “aprender a fazer e fazer para aprender”, talvez seja uma das marcas mais significativas dessa trajetória. Mais do que um modelo de organização das atividades escolares, representava uma concepção de educação na qual teoria e prática deveriam caminhar conjuntamente. A escola era compreendida como espaço de formação integral e para o mundo do trabalho, como princípio educativo capaz de desenvolver autonomia, responsabilidade, cooperação, pensamento crítico e compromisso com a comunidade.

Esse modelo também contribuiu para ampliar as possibilidades educacionais de jovens provenientes do campo, de famílias de pequenos produtores e de comunidades com histórico menor de acesso à educação. A oferta de residência e alimentação estudantil, associada a uma formação geral e técnica de qualidade, permitiu que milhares de jovens encontrassem nessas instituições não apenas uma profissão, mas também uma oportunidade concreta de transformação de suas vidas, de suas famílias e de suas comunidades.

Como professor da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com formação e atuação na área das Ciências Agrárias e egresso desse sistema de ensino, tive a oportunidade de acompanhar, ao longo de minha trajetória, a força desse legado. Nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, na gestão

institucional e, posteriormente, na condução de políticas para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pude constatar que muitos dos princípios presentes na experiência da Coagri continuam vivos: a integração entre educação e trabalho, a valorização da prática profissional, o diálogo com o setor produtivo, o cooperativismo, a pesquisa aplicada e extensão de forma prática ao atendimento dos arranjos produtivos, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento local e regional.

As antigas Escolas Agrotécnicas Federais passaram por profundas transformações que deram origem a muitos *campi* dos atuais Institutos Federais. A Rede Federal ampliou sua presença territorial, diversificou sua oferta e fortaleceu a integração entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação. Entretanto, essa expansão não apaga as experiências que a antecederam. Ao contrário, torna ainda mais necessário compreendê-las, valorizá-las e atualizá-las diante dos desafios contemporâneos.

O Brasil precisa continuar formando técnicos, tecnólogos, pesquisadores e profissionais preparados para atuar em um setor agropecuário cada vez mais complexo, tecnológico e estratégico. As mudanças climáticas, a segurança alimentar, a agricultura sustentável, a transformação digital e a necessidade de permanência qualificada da juventude no campo exigem instituições capazes de combinar conhecimento científico, prática profissional, inovação e responsabilidade social. Nesse cenário, revisitar a experiência da Coagri não significa simplesmente reproduzir o passado, mas identificar princípios que possam inspirar soluções para o presente e para o futuro.

Esta obra também possui um valor especial por reunir documentos, relatos e depoimentos de pessoas que vivenciaram essa construção. São registros que complementam as fontes oficiais e revelam a dimensão humana das políticas públicas. Por trás de cada norma, investimento ou projeto, existiram professores, técnicos, gestores e estudantes que acreditaram na educação profissional como instrumento de emancipação. Suas lembranças ajudam a compreender não apenas o funcionamento de uma estrutura administrativa, mas também os vínculos, os desafios e os ideais compartilhados por uma geração de educadores.

A Coagri teve uma existência institucional relativamente breve, mas seu impacto ultrapassou o período em que esteve formalmente constituída. Suas realizações deixaram marcas na infraestrutura das escolas, na formação de profissionais, nas práticas pedagógicas, no cooperativismo, na relação com as comunidades rurais e na própria identidade do ensino agropecuário brasileiro.

Ao apresentar este livro, manifesto meu reconhecimento aos profissionais que se dedicaram à recuperação dessa história e, especialmente, àqueles que contribuíram para a construção da Coagri, das Escolas Agrotécnicas Federais, hoje, importantes *campi* da Rede Federal. Que estas páginas sejam lidas não apenas como um registro de memória, mas como um convite à reflexão sobre a educação profissional e tecnológica que o Brasil construiu, associada àquela que ainda está em construção.

Que o legado aqui reunido continue a inspirar políticas públicas comprometidas com uma educação profissional pública, gratuita, inclusiva, inovadora e socialmente referenciada, capaz de transformar trajetórias e contribuir para o desenvolvimento sustentável do País.

Brasília (DF), agosto de 2026

Marcelo Bregagnoli

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Ministério da Educação



Apresentação

Este livro não tem a pretensão de apresentar-se como um trabalho acadêmico, mas, tão somente, resgatar a memória da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário - Coagri, instituição que permaneceu apenas uma década, mas que fez a diferença na vida das pessoas que dela fizeram parte, especialmente as Escolas Agrotécnicas Federais.

Passados 40 anos, o exercício de reconstrução das memórias da Coagri, de forma tardia, tornou-se mais difícil. O tempo levou pessoas, sonhos, anseios e, os que hoje ousam registrar esta história, foram "arrebatados" de forma inesperada daquele ambiente tão familiar, e removidos para outros espaços, em busca de novos rumos, muitas vezes alheios aos seus processos de acumulação na área do ensino agropecuário.

Antes de o terremoto se instalar sem que ninguém pudesse intervir, pela forma abrupta como os fatos aconteceram, havia grandes debates sobre o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem e a saída com êxito de estudantes das instituições de ensino conhecidas como ginásios e colégios agrícolas (posteriormente, Escolas Agrotécnicas Federais). Tentava-se construir à época, uma escola inovadora, conhecida como "Sistema Escola-Fazenda". Estudantes e agricultores de várias partes do país se reuniam em uma instituição de ensino do campo para "aprender a fazer e fazer para aprender".

Integravam esta rede colaborativa 45 escolas que preparavam o estudante, normalmente filhos de agricultores e/ou pessoas da comunidade que vinham buscar uma formação para a inserção no mundo do trabalho. A partir desta rica experiência, sustentada por um referencial teórico robusto e uma prática embasada no modo de vida dessas pessoas e em sua realidade concreta, esses atores buscavam a melhor maneira para sua emancipação econômica e social.

Este livro conta a história de um tempo em que o resultado de um processo formativo levava à inclusão educacional, social e laboral. Esta inclusão sempre foi muito cara às instituições do ensino agropecuário por algumas razões:

a) tratava-se de um público-alvo específico composto, em sua grande maioria, por pessoas simples, do campo ou das periferias das cidades brasileiras que mereciam uma atenção especial;

b) eram poucas as instituições que ofereciam ensino profissionalizante na área agrícola, para os jovens e adultos;

c) além de públicas, essas instituições ofereciam residência estudantil e restaurante estudantil, o que facilitava o ingresso àquelas pessoas que tinham menor poder aquisitivo;

d) era assegurada uma sólida formação geral e técnica, por meio de um corpo docente e um corpo técnico muito qualificados, para atuar em sala de aula ou em outros ambientes do campo;

e) a incorporação do conceito de trabalho como processo educativo, que antes tinha ênfase na teoria, e a prática era vivenciada apenas nos últimos semestres do curso, na forma de estágio supervisionado, segundo dispositivo legal.

Ao longo dessas páginas o leitor entenderá que a Coagri, pela oferta de uma educação profissional técnica, buscou minimizar a dívida social daquela quantidade expressiva de pessoas que buscavam nas "várias salas de aula" uma oportunidade de estudos gratuitos, que lhes garantissem um fazer pedagógico consciente e sustentável.

Aqui também são encontrados extratos de todo o processo desenvolvido ao longo de anos de trabalho, na busca pela construção de uma política pública voltada para a educação profissional no campo, que pudesse potencializar os espaços educacionais e formar pessoas, tendo por base o acolhimento dos jovens e adultos, buscando assegurar-lhes conhecimentos e práticas que lhes garantissem sucesso estudantil, social e profissional.

Por estas páginas passaram pessoas que fizeram parte deste time "Coagrino", da sede e de suas instituições de ensino, geograficamente dispersas em vários estados da federação. Algumas, ao deixarem seus depoimentos com suas experiências de vida, nos fizeram voltar aos anos 70, 80 e 90, períodos antes, durante e pós Coagri, onde, mais que servidores públicos comprometidos, éramos uma grande família.

No entanto, em 21 de novembro de 1986 a Coagri foi extinta e lá fomos para o Edifício-sede do Ministério da Educação, na Esplanada dos Ministérios, lotados na Secretaria de Ensino de 2° Grau (Sesg), ou redistribuídos para as escolas da Rede Federal, com uma certa "dor na alma" por não termos mais a oportunidade de contribuir para uma experiência rica de afeto e conhecimen-

to que havíamos construído juntos. Tínhamos apenas uma certeza: saímos melhores do que entramos, tanto do ponto de vista pessoal como profissional.

O tempo passou rápido, mas, em nossas lembranças, ainda estão vivos... os encontros natalinos na antiga Associação dos servidores do MEC – Asmec, as missas "quase ecumênicas" na sede da Coagri, os eventos realizados abrangendo os profissionais da sede e os das escolas, para definição ou redefinição de novas diretrizes. Estávamos na "era Lamounier", onde cada pessoa tinha liberdade de construir seus sonhos institucionais e pessoais, mediante normas acordadas e alicerçadas em um desejo de bem-estar profissional e social.

Neste breve resgate da história, lembraremos desses momentos e, parafraseando o poeta Ataulfo Alves, na música *Meus tempos de Criança*, dizer em alto e bom tom: "nós éramos felizes e ... sabíamos."



Breve histórico do Ensino Agrícola no Brasil

A necessidade de se implantar uma educação agrícola no Brasil nasceu no Ministério da Agricultura e permaneceu de 1910 a 1967. No entanto, esse desejo só foi concretizado com a Lei Orgânica Decreto-Lei nº 9.613 de 20/08/46, que institucionalizou o ensino agrícola de grau elementar e médio e trouxe as seguintes inovações:

- Escola de inicialização agrícola na 1ª e 2ª séries, oferecendo um certificado de Operário Agrícola;
- Ampliação da atuação dessas escolas para as quatro séries iniciais das escolas agrícolas com a certificação de Mestre Agrícola;
- Expansão para todo o primeiro ciclo (ginásios agrícolas) e as três séries do segundo ciclo, em que o concluinte receberia o diploma de Técnico Agrícola.

Além da sistematização da educação agrícola em ciclos com as respectivas certificações e diplomação, esta Lei Orgânica trouxe alguns avanços, a saber: articulação com o ensino industrial e secundário, orientação educacional e vocacional, aperfeiçoamento para técnicos agrícolas, ensino agrícola feminino, educação agrícola para a comunidade circunvizinhas, entre outros. A semente estava plantada!

Nesse ano de 1967, com a implantação da Reforma Administrativa pelo Decreto nº 200/67, ocorreu a transferência das instituições de ensino agrícola do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, com a finalidade de implantar e fortalecer o Sistema Escola-Fazenda. A gestão dessa rede no MEC ficou com o Departamento de Ensino Médio/DEM.



No início dos anos 1970, a educação no Brasil era regida pela Lei nº 5.692/71[2], que fixava as diretri-

2 Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° graus do Brasil

zes para o ensino de 1º e 2º graus. A necessidade de mão de obra qualificada foi o argumento do governo central, ao conceber uma grande reforma do ensino. O Brasil vivia o milagre econômico, com a industrialização acelerada e a expectativa de crescimento. O país precisava de trabalhadores especializados. Com a nova legislação, em uma alteração radical, o então 2º grau passou a ter como principal objetivo a profissionalização dos estudantes e, em curto e médio prazos, todas as escolas públicas e privadas desse nível de ensino deveriam tornar-se profissionalizantes.

Estas instituições teriam que escolher os cursos que ofereceriam, dentre as mais de 100 habilitações que incluíam formações variadas (os cursos de auxiliar de escritório, de enfermagem, técnico em edificações, contabilidade ou em agropecuária, por exemplo). O estudante receberia ao fim de seu curso de 2º grau um diploma com a habilitação profissional. Da mesma forma, os governos estaduais também teriam que implementar estas medidas. Assim, a formação geral, antes oferecida por meio do curso secundário (que podia ser o clássico ou o científico), começou a perder espaço.

A rede de escolas técnicas e agrícolas federais iniciou a reforma educacional, pois já ofertavam a formação de jovens e adultos com profissionalizações em diferentes níveis e em tempo integral, exigindo, dessa forma, a existência de residências estudantis (que eram chamados de "internatos"), principalmente para os estudantes das escolas agrícolas federais, em sua maioria compostas de jovens procedentes da zona rural. Foram 45 escolas de 2º grau voltadas para o ensino das ciências do campo, cujo custo de manutenção era considerado alto. A expansão se deu com a incorporação, aos 33 colégios da rede, de mais 12 vinculados às universidades federais.

Para diminuir as despesas, particularmente com a alimentação dos estudantes (em média, 300 por escola), iniciou-se uma discussão para o "fechamento gradativo" dos então "internatos"[3]. Os estudantes eram, em maioria, filhos de pequenos produtores, sem condições financeiras de mantê-los nas escolas com o fechamento dos alojamentos.

Diante da dificuldade de administrar a extensa rede de escolas agrotécnicas, o DEM sugeriu a criação de um órgão específico. Neste contexto, em 1973, foi criada, por meio do Decreto nº 72.434[4], de 09/07/73, a "Coordenação Nacional de Ensino Agrícola – Coagri", com autonomia administrativa e financeira,

3 Atuais "residências estudantis" dos *campi* agrícolas da nova Rede Federal de EPCT.

4 Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/7/1973, página 6652

visando proporcionar assistência técnica e financeira aos estabelecimentos especializados no ensino agrícola. Posteriormente, o Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979, alterou a denominação "Colégio Agrícola", que passou a se chamar "Escola Agrotécnica Federal", acrescida do nome do município onde estava localizada.





1 Introdução

Nasceu, então, a Coagri! No seu nascedouro, a Coagri se deparou com as escolas agrícolas abandonadas, sucateadas, com instalações precárias às finalidades para as quais eram destinadas. Era evidente a marginalização do ensino agrícola, se comparado aos ensinos dos setores secundário e terciário da economia.

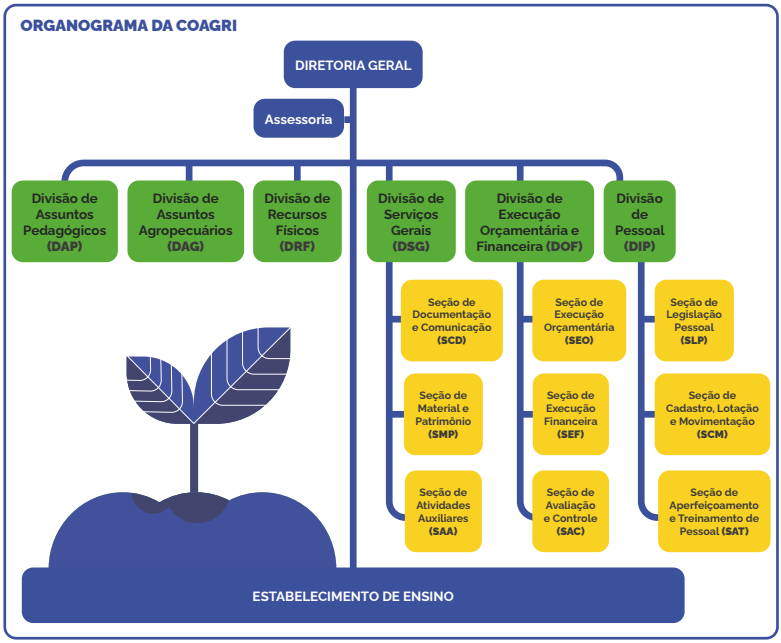
Para lidar com os desafios apresentados e tendo em vista, ainda, as condições econômicas pelas quais passava o país, grupos de trabalho se debruçaram para elaborar uma estrutura orgânica que pudesse enfrentar os obstáculos expostos. Recém-criada, a Coagri, com nova gestão, iniciou uma empreitada para não fechar o internato, evitando assim, a evasão escolar. O argumento defendido era, ao mesmo tempo pedagógico, gerencial e econômico. Estando as escolas situadas em zona rural, era viável pensar estratégias que minimizassem os custos, transformando as fazendas, em curto e médio prazos, num

fértil campo de atividades de ensino e de produção autossustentáveis. O Sistema Escola-Fazenda corroborou com essa decisão.

Essa seria, doravante, a bandeira a orientar uma política pública de inclusão e acolhimento voltada aos filhos de microprodutores e aos moradores das periferias das grandes cidades. A medida propiciava aos estudantes aprendizado para uma vida adulta no campo da produção agropecuária. Na verdade, era necessário provar que uma escola "do mundo do trabalho" pode ensinar, produzir, assegurar uma vida melhor ao aluno e aos familiares e dar-lhes condições para ascender pessoal e profissionalmente.

Restava, então, envidar esforços para assegurar, legal e institucionalmente, uma estrutura que viabilizasse "colocar a bola em campo". A Figura 2 demonstra a organização e o funcionamento do Sistema Escola-Fazenda conforme pretendido.

Figura 2 – Organograma da Coagri

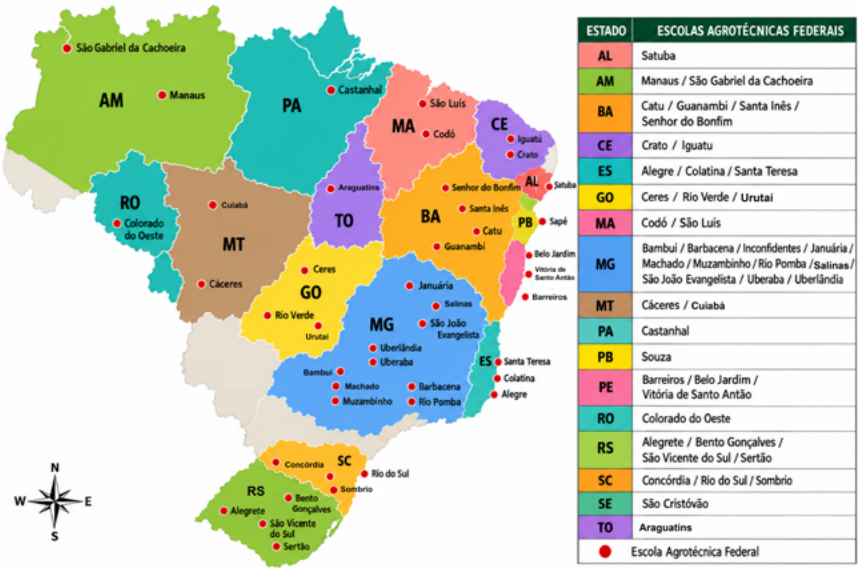


Fonte: adaptado de imagem retirada do regimento aprovado em 1973

O nível central contava com uma Diretoria Geral e uma Assessoria. À Diretoria Geral estavam vinculadas três divisões de natureza pedagógica, os 45 Colégios e Ginásios Agrícolas – sendo um deles especializado em Viticultura e Enologia, único estabelecimento a ofertar esse curso de nível médio no Brasil – e as seis Escolas de Economia Doméstica, conforme Figura 2. Esses componentes eram considerados áreas-fim, cuja essência justificava sua importância enquanto educação ofertada por uma escola profissionalizante. Estes estabelecimentos ofereciam os regimes de internato, semi-internato e externato.

A Assessoria era constituída por um grupo de especialistas que apoiavam a Direção Geral. Assim como as divisões e as seções de natureza mais administrativas, caracterizadas como áreas de apoio, foram responsáveis pela viabilização das ações das áreas-fim. O organograma pode sugerir, à primeira vista, que as estruturas de apoio superavam em importância a área-fim. Convém lembrar, no entanto, que a essência do ensino estava na rede federal de escolas.

Figura 3 – Localização das Escolas da Rede Federal de Ensino Agropecuário



ESTADO	ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS
AL	Satuba
AM	Manaus / São Gabriel da Cachoeira
BA	Catu / Guanambi / Santa Inês / Senhor do Bonfim
CE	Crato / Iguatu
ES	Alegre / Colatina / Santa Teresa
GO	Ceres / Rio Verde / Urutaí
MA	Codó / São Luís
MG	Bambuí / Barbacena / Inconfidentes / Januária / Machado / Muzambinho / Rio Pomba / Salinas / São João Evangelista / Uberaba / Uberlândia
MT	Cáceres / Cuiabá
PA	Castanhal
PB	Souza
PE	Barreiros / Belo Jardim / Vitória de Santo Antão
RO	Colorado do Oeste
RS	Alegrete / Bento Gonçalves / São Vicente do Sul / Sertão
SC	Concórdia / Rio do Sul / Sombrio
SE	São Cristóvão
TO	Araguatins
	Escola Agrotécnica Federal

Fonte: acervo do autor



2 O Sistema Escola-Fazenda: aprender a fazer e fazer para aprender

2.1 Eixo pegagógico

Aprender a fazer e fazer para aprender como lema e princípio pedagógico buscava levar o estudante à compreensão da importância de dignificar o trabalho, desenvolver o senso crítico, a criatividade, o processo de análise e estimular a cooperação, com o intuito de preparar e capacitar o técnico para atuar

como agente de serviço e produção, apoiando os produtores rurais na solução dos seus problemas no campo.

A máxima marcou todo o ensino nos ginásios e colégios agrícolas e, posteriormente, nas Escolas Agrotécnicas Federais ligadas ao Ministério da Educação e Cultura. O Sistema Escola-Fazenda associava o fazer pedagógico à observação, à experiência, à praticidade e à realidade. Contudo, era preciso compreender o trabalho como componente pedagógico sem deixar que as práticas repetitivas ocupassem mais tempo que os momentos de aprendizagem teórico-práticas. Como equilibrar estes dois momentos de aprendizagem? E como ignorar o processo para a produção, se a escola era profissionalizante e a alimentação dos estudantes internos dependia desta mesma produção? Estas respostas não estavam dadas a *priori*.

O Manual Escola Fazenda foi elaborado em 1972 por uma equipe multidisciplinar e o trabalho foi coordenado pelo Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (Cenafor). Um grupo de especialistas brasileiros foi visitar a Costa Rica, que implantou este sistema e conheceu a experiência. Os visitantes e observadores voltaram com muitas ideias interessantes e, após discussões, reuniões e grupos de trabalho, foram, pouco a pouco, desenhando o que poderia ser um Sistema Escola-Fazenda no país. Nele, os estudantes poderiam aprender a "trabalhar com a terra e com os animais" e se autossustentar.

Visando conciliar o mundo da educação e as necessidades do mercado de trabalho, a Coagri implantou o Sistema Escola-Fazenda em 1976, com os seguintes objetivos:

- **proporcionar a formação integral do educando de forma a torná-lo capaz de atuar como agente de mudança no meio rural;**
- **colaborar para a melhor formação profissional do educando, pelas vivências com as atividades próprias da agropecuária;**
- **promover a agropecuária como atividade geradora de produção e economia rentável;**
- **ampliar o raio de ação até os agricultores e jovens da zona rural;**
- **conhecer as técnicas de exploração agropecuária; e**

- **oportunizar ao educando a vivência do cooperativismo.**

2.1.1 Implantação do Sistema Escola-Fazenda

Sem colocar a educação e o trabalho em uma ótica meramente economicista, era preciso definir diretrizes educacionais que possibilitassem a formação teórica e prática em um espaço maior do que a sala de aula. Originalmente, pelo Manual do Sistema Escola-Fazenda, a proposta pedagógica se organizava da seguinte forma:

- **salas de aula**
- **laboratórios de Prática e Produção (LPPs)**
- **programa Agrícola Orientado (PAOs)**
- **cooperativa Escolar Agrícola (Coop)**

As salas de aula ficavam no prédio central e eram destinadas às atividades mais propedêuticas relativas à educação geral, composta pelas disciplinas teóricas de português, matemática, geografia, história etc. Eram salas convencionais, existentes em qualquer escola e em qualquer nível de ensino.

Os Laboratórios de Prática e Produção e os Programas Agrícolas Orientados eram constituídos de atividades didáticas finalísticas a serem desenvolvidas no campo. A Cooperativa era caracterizada como espaço pedagógico, diante da sua natureza escolar e de produção. Enfatizava-se a relação entre as quatro dimensões inicialmente pensadas como componentes do sistema. O indicativo da interdependência entre as diferentes dimensões visava assegurar a aplicação do princípio norteador de *aprender a fazer e fazer para aprender*.

O princípio concretizar-se-ia na medida em que o aprender a fazer correspondesse à aplicação dos conhecimentos nas aulas de orientação-ação para o campo e ao ensino das disciplinas curriculares realizadas em sala de aula ou nos LPPs e PAOs. O *fazer para aprender* estava associado, prioritariamente ao trabalho no campo, em cumprimento aos princípios curriculares legais e ao desenvolvimento de habilidades intelectuais e manuais aplicadas.

Na década de 1970, principalmente após a instituição da Lei nº 5.692/72, a disseminação dos significados sobre teoria e prática no ensino profissional agrícola também podia ser observada a partir da discussão sobre *pensar e fazer*, dimensões indissociáveis no processo educativo dos estudantes.

As diretrizes político-pedagógicas ensejavam a implantação de um modelo específico para a preparação de técnicos agrícolas de nível médio, capaz de resistir ao mercado de trabalho já existente ou em formação, que projetasse qualificações em extensão agrícola, crédito rural, produção e uso de maquinaria. Foi então que o MEC concretizou e fortaleceu a Escola-Fazenda nos estabelecimentos da Rede Federal de ensino agrícola, priorizando a tríade ensino-trabalho-produção.

Com a formação dos profissionais técnicos de nível médio, pretendia-se prepará-los para atuação nas áreas de produção, crédito rural, cooperativas, agroindústrias e extensão rural, e junto aos agricultores e seus familiares. O objetivo era formar agentes multiplicadores de tecnologias, para o aumento da produção, da produtividade agropecuária e da renda familiar, entre outras.

Por meio da integração escola-comunidade nasceu, nessa fase, a experiência de monitoria para os alunos do 3º ano, com os seguintes objetivos: oportunizar o contato do educando com a estrutura organizativa da escola e desenvolver lideranças, inciativas e relacionamentos necessários ao desempenho da sua função. Esses monitores auxiliavam os professores durantes as aulas práticas, pois as turmas eram subdivididas para executarem diversas atividades, dentro da disciplina, na Escola-Fazenda. Assim, o monitor "tomava conta" de um grupo de estudantes ao longo da aula prática.

2.1.2 O desenvolvimento do Sistema Escola-Fazenda

A primeira representação da Escola-Fazenda foi aos poucos sendo implantada, e com o tempo, evidenciava-se a necessidade de alguns ajustes. Um deles relacionado ao Programa Agrícola Orientado (PAO), que foi gradativamente desativado. A partir de 1985, ocorreu uma segunda modificação e os LPPs e os PAOs fundiram-se numa única ação final de campo, passando a ser denominados de Unidades Educativas de Produção – UEPs[1].

1 A ensilagem consiste em armazenar forragens verdes, como milho, sorgo ou capim-elefante, em silos, de forma que fiquem isoladas do ar, permitindo a fermentação anaeróbica e conservação por longo período, garantindo a alimentação de qualidade e produtividade do rebanho durante períodos de seca ou escassez de pastagem.

Essa medida foi necessária a fim de otimizar as salas-ambiente, instaladas nas próprias UEPs para o desenvolvimento das aulas teóricas das disciplinas de agricultura e de zootecnia, diante das novas necessidades de incorporação de outras técnicas, novos saberes pedagógicos e novos parâmetros de ensino. Modelava-se um ensino mais complexo, com exigência de mais desempenho por parte dos estudantes e futuros profissionais deste país. Diante dessas modificações, o modelo Escola-Fazenda ficou representado por três dimensões: sala de aula, UEPs e cooperativa.

Como tudo o que é novo, o Sistema Escola-Fazenda, concebido de acordo com estudos e com a realidade brasileira, as equipes profissionais da sede e das escolas perceberam, por meio de relatórios, que a tão desejada interação teoria-prática apresentava fragilidades. O estudante ocupava a maior parte do seu tempo na produção, tornando suas atividades um rotineiro trabalho braçal de campo, muitas vezes desvinculado da formação técnica específica e correndo o risco de o "produtivismo" predominar sobre o ensino-aprendizagem. Por exemplo, em época de ensilagem (preparo de silagem de milho para o gado de leite), era comum a escola toda parar as demais atividades, ou seja, as aulas de todas as disciplinas, e focar na ensilagem. Todos os estudantes, professores e técnico-administrativos da escola se dirigiam para o corte de milho e preparo da silagem[2].

Foi esse "sinal de alerta" aos docentes e técnicos do campo e aos técnicos do nível central que motivou a mobilização para sanar as dicotomias referidas pelos próprios profissionais das escolas que acompanhavam as ações desenvolvidas nos momentos de prática dos estudantes. Havia um certo desconforto por "permitirem" atividades repetitivas, sem uma orientação plausível.

Quais dicotomias estavam acontecendo no processo? Seriam falhas no planejamento? Distribuição desigual dos estudantes nos setores de práticas? Pautas de avaliação não claras? Falhas no acompanhamento do estudante? Atividades realizadas e não registradas? Necessidade de construir protocolos para orientar as práticas de campo? Utilização subdimensionadas das salas-ambiente?

Tais indagações e reflexões levaram as equipes – tanto da sede quanto das escolas – a se debruçarem na busca de alternativas que minimizassem as questões "que tanto incomodavam", fossem elas de natureza político-pedagó-

2 As visitas técnicas eram realizadas anualmente por servidores da COAGRI às Escolas Agrotécnicas. Cada servidor ficava responsável por visitar um grupo de Escolas e elaborar um relatório sobre seu funcionamento.

gicas, de gestão, de formação profissional ou de financiamento. A abordagem deveria dimensionar as soluções para além das decisões eminentemente internas. Essas soluções deveriam nortear o sistema escolar das instituições de ensino agropecuário de maneira mais ampla.

Figura 4 – UEP Bovinocultura



Fonte: Campus Planaltina - IFB

2.1.3 O Sistema Escola-Fazenda renovado

Foram, então, organizados grupos de estudos envolvendo a sede da Coagri e as escolas para pensar ações de diferentes naturezas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino e o bem-estar dos profissionais e discentes que, em última palavra, eram o centro de todo o esforço.

Para entender o processo de mudança de natureza político-pedagógica e como se chegou até lá, é preciso voltar ao ano de 1973, quando foi criada a "1ª Coagri", Coordenação Nacional do Ensino Agrícola. Modificada em 1975 pelo Decreto nº 76.436, de 14 de outubro de 1975, passou a se denominar Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário. A palavra *agropecuária* em substituição ao termo *agrícola* expande o conceito de atuação da instituição,

definindo mais amplitude à missão da Coagri e da sua rede de escolas na formação dos profissionais para o setor primário da economia.

Outro fator considerado foi o resgate da autoestima das instituições do ensino agrícola (ligadas ao MEC), naquela época, as quais se consideravam abandonadas pelos órgãos governamentais se comparadas às Escolas Técnicas Federais, estas situadas nas capitais e que formavam técnicos muito procurados para a área da indústria. A mudança poderia minimizar os problemas da gestão, do processo pedagógico e da relação com os profissionais envolvidos.

As reuniões envolvendo a discussão de tais aspectos relacionados passaram a ser intensivas e, muitas vezes, até cansativas. Envolviam profissionais do nível central e das escolas em busca de linguagem e entendimento comuns. A partir das visitas técnicas[3] pôde-se perceber que as instituições eram geridas pelos próprios funcionários, independentemente de terem formação gestora ou não; os estudantes não participavam do processo formativo ligado à prática.

Outro fato interessante nessas escolas era o de que, se algum funcionário (normalmente, os que trabalhavam no campo) apresentasse algum problema de saúde e ficasse prejudicado em suas atividades laborais, era realocado para a função de inspetor dos estudantes nas residências estudantis ou para tomar conta do restaurante na hora das refeições e da disciplina, sem um preparo específico para a atividade. Por não serem qualificados para este fim, geralmente se criava um atrito entre estudantes e funcionários.

A implantação de atividades de lazer, uma vez que os estudantes eram internos, tomou outro rumo com a organização de ações que ocupassem os intervalos, com incentivo aos esportes, reforma das quadras, competições entre as turmas e torneios regionais nas escolas agrícolas.

Vale destacar o estímulo à implantação de bandas musicais em muitas das escolas agrotécnicas, que desfilavam e se apresentavam em eventos relevantes da comunidade, além do fortalecimento das bibliotecas, por meio da aquisição de novo acervo técnico-específico, literatura e lazer. As decisões políticas da gestão resultaram na implementação de atividades mais pedagógicas, beneficiando de forma direta o corpo discente.

Nesse período, as instituições começaram a receber profissionais da educação, entre eles pedagogos, supervisores e orientadores educacionais. Com isso, o estudante sentia-se mais confortável para receber orientação de um

3 MEC/Coagri- Diretrizes de funcionamento de uma escola agrotécnica federal. Brasília. 1985. Pág. 11.

profissional especializado com quem pudesse dividir suas angústias, uma vez que estava em regime de internato e distante de pais e familiares.

A mudança intencional desse panorama passou a ser um dos objetivos da Coagri. Ao substituir o caráter punitivo por outros de natureza mais pedagógica, os resultados foram evidentes. Sem sombra de dúvidas, as atividades de lazer e encontros periódicos com a comunidade, além da troca de experiência com outras escolas públicas e agricultores circunvizinhos foram percebidos também por técnico-administrativos, corpo docente e estudantes.

Na rede de Escolas Agrotécnicas, por volta de 1981, a monitoria era testada e executada com um ou dois por disciplina, os quais eram escolhidos pelos professores. Estes procedimentos não davam oportunidade a todos os estudantes de vivenciarem a experiência. A partir de 1985, a monitoria passou a funcionar como parte do estágio supervisionado, sendo oportunizada a todos educandos, sob a orientação do professor de cada Unidade de Ensino e Produção (UEP).

O estágio supervisionado passou a ser obrigatório a partir da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, regulamentada pelo Decreto 87.497, de 18 de agosto de 1982. Era exigido seu cumprimento pelos estudantes de cursos profissionalizantes de 2º e 3º graus, em órgãos/instituições ligados à sua área de formação.

Os estágios, que passaram a fazer parte da matriz curricular, eram supervisionados pela Seção de Integração Escola-Comunidade (SIE-C) da escola e por profissional ligado à empresa/instituição conveniada que o oferecia. Como a jornada deveria ser compatível com o calendário escolar, as atividades de estágio passaram a ser realizadas, preferencialmente, nos períodos de férias e em recessos escolares.

O estágio tinha por objetivo oferecer ao estudante momentos de experiências práticas, compreendendo como os conceitos se aplicam no ambiente de trabalho. Acompanhando o dia a dia dos profissionais mais experientes da empresa onde estagiava, ele compreendia as nuances e desafios de mercado de trabalho de sua área de atuação.

O período representava a consolidação da aprendizagem e o trabalho como um fator de humanização. É por meio dele que o homem transforma a realidade ao mesmo tempo em que se transforma, nesta relação dialética. É uma

fase de transição entre o mundo da escola e do trabalho, compreendendo a importância do trabalho na vida do indivíduo.

À época, era aconselhado que o estágio supervisionado ocorresse no último semestre do curso, ou após a conclusão de toda a parte teórica. No entanto, a organização curricular do curso de técnico em agropecuária oferecido nos Colégios Agrícolas por exemplo, concentrava conhecimentos específicos com predominância da olericultura (na agricultura) e em pequenos animais (na pecuária com concentração na avicultura - corte e postura) para os estudantes do 1º ano. Para os alunos do 2º ano, a concentração em agricultura era nas culturas anuais como arroz, soja, milho e feijão. A pecuária privilegiava os animais de médio porte com predominância de suínos de corte e cria. Já para os estudantes do 3º ano eram as culturas permanentes como fruticultura e silvicultura, e animais de grande porte com concentração na área bovina – gado de corte e de leite.

Essa forma concentrada de organizar o conhecimento facilitava ao estudante a compreensão de princípios e uso de tecnologias que poderiam ser necessárias nos anos subsequentes do curso. Dessa forma evitava-se a fragmentação entre teoria e prática, uma vez que, ao final de cada ano letivo, seria realizado um estágio supervisionado "obrigatório" em pelo menos duas áreas profissionalizantes.

Há mais de 40 anos a Coagri já ensaiava um modelo pedagógico avançado e inexistente na rede pública de ensino. Atualmente, vêm sendo debatidos e implantados na organização dos cursos para técnicos de nível médio os *itinerários formativos*. Neles são permitidas certificações parciais que qualificam os estudantes para atuação mais imediata no mercado de trabalho.

Os *itinerários formativos* surgem no contexto do Reforma do Ensino Médio, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e previstos pela Resolução CNE/CP nº 01/2021. Podem ser desenvolvidos de três formas:

I) **habilitação profissional técnica, relacionada ao curso técnico;**

II) **qualificação profissional técnica, como etapa com terminalidade de curso técnico;**

III) **especialização profissional técnica, na perspectiva da formação continuada.**

Por analogia, pode-se afirmar que o Curso de Técnico em Agropecuária ofertado na rede (dos antigos Colégios Agrícolas até as EAF) comportaria hoje seis qualificações profissionais técnicas: olericultura, animais de pequeno porte, culturas anuais, animais de médio porte, culturas perenes e animais de grande porte, as quais poderiam ser certificadas como etapas de terminalidades parciais (item II da resolução citada).

E qual seria a vantagem para o estudante em obter a certificação parcial? Caso tivesse problemas para continuar os estudos, a parte certificada já poderia assegurar-lhe o ingresso antecipado ao mercado de trabalho e, quando as condições fossem mais favoráveis, retornaria aos estudos. Se o estudante concluísse as seis qualificações profissionais técnicas, receberia o diploma de Técnico em Agropecuária que o habilitaria (item I da resolução) a atuar nessas áreas.

Finalmente, se houvesse aprofundamento de estudos em qualquer área da qualificação, após ter concluído o curso técnico de nível médio, o aluno seria considerado um especialista (item III da resolução). Hoje, com base nesse escopo legal, tanto a habilitação quanto a qualificação são tipos de formação. Isso significa que o percurso que o estudante fará, no nível médio lhe garantirá, ao concluir, um diploma de curso técnico ou certificados de qualificações profissionais técnicas. Já a especialização profissional técnica é um curso que pode ser realizado após a conclusão do técnico, como uma possibilidade de aprofundamento.

Seria aquela organização curricular dos anos 80 uma visão antecipada do que ocorre hoje na Educação Profissional Técnica de Nível Médio? O tempo dirá.

Outro destaque: optou-se por trabalhar com os estudantes a monitoria escolar como um ato pedagógico, isto é, uma atividade complementar ao processo de ensino-aprendizagem que acontecia dentro de sala de aula ou em espaços onde desenvolviam-se atividades curriculares que extrapolavam as paredes físicas localizadas nos prédios. O objetivo era auxiliar os estudantes em suas dificuldades. A monitoria assegurava a oportunidade de cooperação mútua entre o corpo discente e docente. Isso proporcionava uma experiência de vida acadêmica e estimulava os estudantes a participarem de projetos de pesquisa e a tomarem gosto pela carreira acadêmica. Ela buscava promover o desenvolvimento do ensino e fomentar as aptidões dos estudantes relacionadas à docência.

A residência estudantil já existia nas instituições agrícolas desde a sua criação. Uma das preocupações era manter a disciplina rigorosa, pois tratava-se

de adolescentes e jovens. Após a criação da Coagri, esta concepção, conforme já afirmado, muda sua tônica. Educar não significa necessariamente punir, mas buscar entender o comportamento de certos educandos que muitas vezes refletem situações vivenciadas fora da escola, de forma que pudessem ser apoiados na superação de suas angústias e dificuldades.

Uma decisão sábia da gestão central foi implantar, particularmente, os serviços de orientação educacional e supervisão pedagógica para ajudar os estudantes em seus momentos de impasses emocionais e de aprendizagem. Os serviços de lazer, cultura e convivência também contribuíram para minimizar ações negativas antes predominantes e propiciar um ambiente mais amigável de convivência entre os membros da comunidade escolar. Ao final de cada bimestre, durante o conselho de classe, havia um debate em que todos os atores do processo pedagógico poderiam opinar e se comprometer com o acompanhamento de alunos que necessitassem de "recuperação", para além da sala de aula. Como o modelo pressupunha a vivência diária do estudante na escola, ao longo de todo o dia, era possível que os servidores se envolvessem no processo, inclusive durante as refeições e momentos de lazer.

Frente às transformações mais amplas, o foco se concentrou nas atividades de natureza essencialmente pedagógica desenvolvidas em salas de aula e, especialmente, no campo. Diante das constatações de ajustes curriculares, após debates e estudos envolvendo tanto os técnicos e os gestores do nível central e das escolas, foram apresentadas algumas alterações à proposta original do Sistema Escola-Fazenda.

Embora tenha-se abordado de forma rápida as modificações nas atividades teórico-práticas no campo, é importante reafirmar que as mudanças não aconteceram como um passe de mágica. Demandaram tempo, muitos consensos e descenso, além de paciência pedagógica. A criação das Unidades Educativas de Produção (UEPs), em 1978, com a fusão dos LPPs e PAOs, oportunizou a essas recém-criadas unidades o funcionamento como laboratórios práticos de ensino das disciplinas da parte diversificada do currículo. Elas foram estruturadas de tal forma que o estudante poderia assimilar os conteúdos teórico-práticos em um ambiente onde se processava a produção agrícola, da pecuária e da agroindústria.

A partir desta nova proposta, os estudantes passaram a participar de todas as etapas para sua formação, desde o processo propedêutico (básico) até o desenvolvimento dos projetos (planejamento, execução, acompanhamento, comercialização e análise dos resultados). Cada UEP foi estruturada de modo que o aluno pudesse assimilar todo conteúdo teórico-prático das disciplinas no mesmo ambiente onde se desenvolviam os projetos orientados.

Com a criação das UEPs, foram pensadas, projetadas e construídas as salas-ambiente, com vistas a melhorar as condições para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Algumas delas possuíam quartos-dormitório que tinham como objetivo atender prontamente as emergências que pudessem surgir em projetos em desenvolvimento. Tais quartos nas UEPs eram muito disputados entre os alunos, que buscavam melhores condições de estudo, mais silêncio e liberdade para estudarem até mais tarde. Em contrapartida, estudantes residentes nas UEPs eram requisitados para realizar partos suínos durante a madrugada, ou para auxiliar na ordenha das vacas (Figura 5).

Figura 5 – UEP de Bovinocultura e Apicultura do IFB *Campus* Planaltina, Típica UEP de Bovinocultura com sala de aula, sala de professor, banheiros e armazém de ferramentas (dormitório de alunos em alguns casos)



Fonte: *Campus* Planaltina – IFB

As salas-ambiente para aulas teórico-práticas, em consonância com as atividades desenvolvidas na unidade de produção, tinham como função a fixação da aprendizagem e viabilização da participação em diferentes etapas do projeto, desde a elaboração, execução, comercialização e análise dos resultados.

A definição do plantão, do rodízio de final de semana e das férias foi objeto de regulamentação, com a construção de escalas para os estudantes e docentes. Os projetos agropecuários possuíam especificidades que deveriam ser cons-

tantemente acompanhadas, o que exigia a presença constante de estudantes, professores e funcionários da Escola. Isso tornava necessária a existência dos plantões nos finais de semana, nos recessos e nas férias escolares. Tempos depois, a partir dos anos 90, os plantões de estudantes e servidores foram substituídos por empregados terceirizados.

Os estudantes das últimas séries dos cursos eram os responsáveis pela execução dos projetos e se organizavam para estas tarefas. Para isso, eram acompanhados por funcionários e recebiam, sempre que necessário, a orientação dos professores e técnicos que atuavam no campo. A formação do estudante para o trabalho preparava-o para atuar como cidadão consciente do seu papel no desenvolvimento do país.

A distribuição dos estudantes nas unidades de produção, seja nas atividades diárias, finais de semana ou feriados, era feita pelos técnicos do campo, segundo as atividades de cada série em que o estudante cursava. Como exemplo desse revezamento, os discentes do 1º ano eram distribuídos da seguinte forma:

Horticultura

- grupo I — **olericultura**
- grupo II — **jardinagem**
- grupo III — **cooperativa escolar**

Animais de pequeno porte:

- grupo I — **frango de corte**
- grupo II — **poedeira comercial**
- grupo III — **outras atividades no campo**

As turmas do 2º ano também se desdobravam em diferentes grupos. Além das atividades relacionadas às culturas extensivas e à criação de animais de médio porte, os estudantes eram inseridos nas atividades de campo existentes, incorporando novas ações de acordo com a vocação e as necessidades da região. Da mesma forma ocorria com as turmas de 3º ano. Os estudantes destas séries eram muito demandados pelas atividades de monitoria e da cooperativa escolar e de produção, além das funções obrigatórias nas culturas perenes e animais de grande porte.

A cooperativa nos ambientes escolares surgiu na primeira metade do século XX, mas sua utilização como componente estrutural de um modelo pedagógico se deu na implementação do Sistema Escola-Fazenda, nas instituições que passaram a formar a rede de EAF no final da década de 80. A sede da cooperativa era a própria escola. Os sócios eram os estudantes regularmente matriculados e a implantação ocorreu de forma gradativa.

A Cooperativa-Escola das Escolas Agrotécnicas Federais passou a incorporar o quesito da produção e comercialização de produtos, depois de longa caminhada para sua regularização junto aos órgãos, quando passou a ser reconhecida com o nome de Cooperativa Escolar Agrícola e de Trabalho. Tinha como finalidades "[...]servir de órgão catalizador das práticas educativas na execução dos projetos agropecuários e "[...]promover a defesa econômica dos interesses comuns e realizar a comercialização dos produtos oriundos do processo ensino-aprendizagem, além de atender aos princípios doutrinários do cooperativismo[...]"

O modelo de cooperativa escolar antes aceito pelas instâncias legais da área também teve que ser redefinido. Para a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Cooperativa Escolar era entendida e habilitada apenas como cooperativa de consumo, na qual os estudantes buscavam adquirir material escolar e uniformes, bem como vivenciar pedagogicamente os princípios do cooperativismo.

Pelas regras da OCB, a cooperativa escolar só estava habilitada, de direito, a realizar o ato cooperativo. Limitava-se à venda de material escolar aos associados e, o fato de não ser cadastrada na Receita Federal, na Receita Estadual e na Junta Comercial, impedia a comercialização de sua produção a terceiros. Isso tudo "[...]dificultava o seu desenvolvimento, o escoamento da produção e a consequente movimentação do capital de giro[...]"[4].

Quando a Coagri começou a acompanhar de perto as cooperativas-escola, percebeu que o modelo apresentado apresentava percalços na implementação por elas não serem regularizadas. Os órgãos de controle (Inspetoria Geral de Finanças, no Ministério da Educação; e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no Ministério da Agricultura) dificultavam suas atividades, principalmente a comercialização. Mais importante que a função econômica adquirida pela cooperativa, era necessário reforçar seus valores de prática

4 MEC/Coagri - Diretrizes de funcionamento de uma escola agrotécnica federal. Brasília. 1985. Pág. 11.

de ajuda mútua, defesa dos interesses dos associados, além, obviamente, da comercialização dos produtos oriundos das unidades de produção.

Diante da escassez de recursos, a Coagri firmava contrato com as cooperativas, já regularizadas perante os órgãos competentes, e repassava recursos para que as escolas adquirissem os insumos e os entregassem à cooperativa. Esta ofereceria ao economato os produtos resultantes dos projetos até o valor dos insumos recebidos.

Algumas tinham excesso de produção para além do consumo e conseguiam comprar até veículos com as vendas, mas tinham que registrá-los na instituição porque a cooperativa não possuía CNPJ. Como não podia emitir nota fiscal, não poderia vender. A partir de reuniões entre a Coagri e os órgãos, foi aprovada uma normalização. Dali em diante, seria importante implantar uma cooperativa baseada em uma "mentalidade cooperativista". A ideia era que, se todos contribuíam para a produção, o resultado obtido, isto é, a receita, deveria ser usado cooperativamente. A proposta da Coagri era que as cooperativas-escola contribuíssem para a mudança do sistema cooperativista do Brasil, preparando os estudantes para atuar nesse modelo.

Outra inovação da Coagri foi orientar o controle da produção de uma escola agrícola e sua contabilidade. O estudante participava das decisões, dos projetos e da colheita: a partir daí, tudo era acompanhado e avaliado. Com este procedimento, eram evitados possíveis desvios da produção e desperdício. O excesso da produção ia para a cooperativa, que comercializava. Esta dinâmica proporcionava um funcionamento produtivo. Outra inovação foi a introdução da tecnologia da informação nas instituições, o que também fez a diferença.

Finalmente, em 9 de fevereiro de 1982, o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) publicou a Resolução nº 23, que autorizou e habilitou a Cooperativa Escolar. A partir dessa autorização, a cooperativa passou a constituir-se como uma associação dos estudantes, com estatuto próprio, devidamente legalizada e em funcionamento. Acredita-se que essa autorização tenha aberto portas para cooperativas de escolas profissionalizantes de outros setores da economia.

2.2 Eixo da gestão

A consolidação da Coagri e o avanço de suas ações nas escolas dependiam fundamentalmente da adoção de medidas mais incisivas, com prioridade para

aquelas de caráter pedagógico. A partir da decisão política de virar a chave e proporcionar às escolas melhores condições para o seu funcionamento, particularmente no que se refere à parte educativa, novas perspectivas surgiram no campo da gestão central, comandada pelo Dr. Lamounier. A seguir, destacam-se as principais ações.

2.2.1 A comunicação e a informação na Coagri e Instituições de Ensino

A comunicação entre os órgãos centrais e as instituições de ensino era muito demorada. Um expediente encaminhado levava 30 dias para chegar ao destino e outros 30 para a resposta. Para resolver esse gargalo foi utilizado o esquema de malote, uma grande invenção daquela época. O material era encaminhado pela Coagri duas vezes por semana e chegava na escola no dia seguinte. O caminho inverso também era realizado. Isso resolveu 80% dos problemas de comunicação. Os Correios foram igualmente importantes para o sucesso. Tempos depois foi possível utilizar o fax. Ainda não se vivia a era digital nem a da inteligência artificial.

Outra inovação foi a introdução da tecnologia da informação nas instituições. Tal fato fez a diferença ao proporcionar a economia de tempo e esforço dos trabalhadores, assim como assegurar rapidez no acesso e disponibilização dos dados - pessoais, de desempenho escolar ou da produção obtida nas Unidades Educativas de Produção (UEPs). A partir de 1995, várias escolas já contavam com algum tipo de computador, mesmo que ainda restrito à área administrativa. Os professores, inicialmente, trabalhavam nos computadores administrativos, após o expediente, para elaborarem as “apostilas”. Como eram limitados os livros técnicos, muitos criavam seu próprio material didático, especialmente nas disciplinas técnicas.

2.2.2 A formação dos formadores e a gestão do processo

Antes da gestão Coagri, as instituições pouco formavam seus profissionais, o que interferia no processo ensino-aprendizagem. No caso dos docentes, principalmente, quando iniciavam nas instituições para ministrar suas aulas, não tinham referência na matriz curricular. Por conta disso, ainda que houvesse uma rede de escolas agrotécnicas federais, não havia um roteiro básico que as orientassem.

O novo olhar da gestão educacional trouxe inovações. Após atuar na melhoria das condições para o corpo discente, a gestão central voltou-se para a formação e o aperfeiçoamento do corpo docente. Muitos não eram habilitados, isto é, não possuíam a formação exigida preconizada pela nova legislação de ensino. Para isso, foram firmados convênios com algumas universidades: Universidade Federal de Lavras (Ufla), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), entre outras.

Os legisladores, de modo geral, são sábios. Conhecedores da realidade brasileira quanto à preparação docente para as escolas profissionalizantes, pensaram em alternativas para formar e aperfeiçoar professores destinados a atuar nessas instituições, nas quais o trabalho constitui um princípio pedagógico. Nessa perspectiva, o "local de trabalho", as salas de aula formais e as salas-ambiente no campo deveriam constituir, por excelência, espaços de aprendizagem.

Outro fator que corrobora a sabedoria dos legisladores: ao final de cada lei, encontra-se a expressão "os casos omissos e dúvidas suscitadas serão dirimidos[...]" Isto significa que a lei pode e deve ser interpretada ou modificada na prática, se o contexto e sua aplicação assim o exigirem. Sua implantação na prática poderia indicar novos rumos. Foi o que ocorreu com a Lei nº 5.692/71, então vigente, no que diz respeito à obrigatoriedade de profissionalização compulsória para todos os cursos no nível de 2º grau.

Foi assim que a Coagri, à época, buscou as universidades para o aperfeiçoamento dos profissionais de nível superior que não possuíam qualquer tipo de formação pedagógica. Eles cursavam apenas as matérias pedagógicas e recebiam uma titulação equivalente à licenciatura, o que, segundo a lei, os habilitava a exercer o magistério. Esta forma de aperfeiçoamento era denominada de Esquema I.

Para aqueles que tinham apenas o curso técnico de nível médio na área e que atuavam nas atividades do campo, era oferecido o Esquema II. Por meio dele, a formação técnica era acrescida com uma carga horária que os permitiam reforçar os conhecimentos que possuíam e acrescentar novos conhecimentos e tecnologias que os tornavam aptos para o exercício docente-laboral. Essa

formação era também acrescida da formação pedagógica. Além de habilitar os professores, foi possível a inclusão no Plano de Carreira do Magistério.

Uma iniciativa interessante voltada à formação docente foi a reunião de professores especialistas em suas respectivas áreas para formular a minuta de um documento-base para cada disciplina. Posteriormente, em encontros regionais ou nacionais, coordenados por técnicos e pedagogos da Coagri, os demais docentes de cada disciplina analisavam o documento, apresentavam críticas e faziam sugestões. Ao final desse processo, com a participação coletiva, chegava-se a um manual de referência. Foram elaborados diversos manuais para diferentes disciplinas.

A proposta era melhorar constantemente. O manual não era imposto aos professores, mas sim uma referência para auxílio nas disciplinas. Cada professor poderia alterá-lo, mas era importante haver uma diretriz. Em cada escola havia particularidades e peculiaridades locais passíveis de adaptação.

Um detalhe importante: geralmente, quando eram contratados agrônomos, veterinários ou zootecnistas, procurava-se, na medida do possível, eleger pessoas com conhecimento prático no conteúdo das disciplinas a lecionar. Além disso, era necessário considerar que, quem escolhia e contratava os docentes, eram as escolas.

Para a gestão da Coagri não seria adequado promover contratações de Brasília e encaminhar as pessoas para as instituições. Assim, a direção central nada impunha às escolas, que tinham também liberdade administrativa e pedagógica. A nomeação, claro, por ser prerrogativa legal, era da direção-geral, em Brasília.

Foram realizadas reuniões de trabalho com as diversas diretorias e com docentes, além da oferta de possibilidades de aperfeiçoamento para as equipes de nível superior médio, apoio administrativo e corpo técnico administrativo. Houve, ainda, a ocorrência de concursos públicos para admissão de servidores técnicos e administrativos.

2.2.3 Financiamento e renovação nas escolas

Para implantação e funcionamento do modelo Escola-Fazenda na rede federal de colégios agrícolas, foram realizados financiamentos internos, previstos nas diretrizes financeiras do MEC, considerando as condições específicas de cada instituição. Também foram obtidos recursos por meio de acordos e/ou convênios com organismos internacionais. Esses investimentos resultaram na modernização de instalações e equipamentos, no aumento da oferta de vagas e na qualificação de profissionais, contribuindo para a efetiva implantação do Sistema Escola-Fazenda. O modelo possibilitou, ainda, o aumento da produção e da produtividade no campo, o autoabastecimento das escolas e, consequentemente, a redução dos custos.

De 1965 a 1967, o MEC firmou convênios com organismos internacionais para alavancar o ensino agrícola no Brasil, que mais tarde, produziriam impacto no Sistema Escola-Fazenda. Entre os acordos firmados, estava o Convênio *Foreign Office*, que deu origem ao Escritório Técnico de Agricultura (ETA), criado para atender à cooperação entre Brasil e Estados Unidos. Outro foi o Projeto Contap I, desenvolvido no âmbito da Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso. Ainda em 1967, foi firmado o Convênio Evolução Vocacional e Treinamento Rural envolvendo a Diretoria do Ensino Agrícola do MEC e a Contap/Usaid.

A partir de 1976, a Coagri passou a dotar as escolas de estrutura física necessária à ampliação das atividades inerentes ao ensino agropecuário. Para isso, ampliou e reformou prédios e instalações agropecuárias, além de equipar as escolas com laboratórios de física, química e biologia e, em alguns casos, com laboratórios específicos. Também foram implantadas salas-ambiente destinadas às atividades de produção e quadra de esportes para os educandos. Foram adquiridos equipamentos agrícolas, veículos, máquinas, semoventes e matrizes reprodutoras. Outro fato importante foi a regularização da terra junto ao Serviço de Patrimônio da União, totalizando 13.345 hectares. Até mesmo as salas de aula convencionais foram objeto de discussão. Nesse contexto, ressaltou-se a importância desses espaços, priorizando-os como "[...]o espaço onde se estabelece o relacionamento dialógico e afetivo entre professor e estudante, estimulando o desenvolvimento da capacidade de análise e reflexão, fundamentais ao processo ensino-aprendizagem e à formação do educando[...]"[5].

5 NOTA TÉCNICA Nº 57/2016/CGDP/DDR/SETEC – Trata do modelo de dimensionamento de cargos e funções no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação.

Nos anos que se seguiram, a gestão da Coagri preocupou-se em visitar todos os colégios e ginásios da época, acompanhando obras, aquisição de equipamentos, entre outros. Houve um caso interessante naquele momento. Existia um montante considerável de recurso financeiro para aquisição de veículos e de mobiliário. Diante disso, foi composta uma equipe para ir às escolas e identificar as demandas específicas. Deveriam ser adquiridos quatro veículos (um ônibus, um caminhão, uma Kombi e uma Brasília), dois tratores, equipamentos, móveis para as residências estudantis e para as salas de aula. Esse recurso era só para os sete ginásios. A Coagri comprou, de forma centralizada, os tratores de uma empresa em Brasília (DF). Em uma das cidades onde estava localizado um desses ginásios também havia empresa apta a realizar tal venda.

Assim, deixou-se de realizar a compra naquela comunidade para efetuá-la em outros lugares do Brasil. Essa prática, porém, foi completamente modificada: aquela aquisição foi a primeira e única realizada de forma centralizada. A partir de então, o processo começou a ser descentralizado e as próprias instituições passaram a realizar as compras em suas comunidades ou em cidades próximas. Dessa forma, o recurso público passou a circular no comércio local, enquanto a entrega e a manutenção dos equipamentos tornaram-se mais rápidas.

Figura 6 – UEP de Jardinocultura



Fonte: *Campus* Planaltina - IFB



3 O legado da Coagri

Quase quatro décadas da extinção da Coagri, ainda é possível observar dentro dos *campi* da atual Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, marcas relevantes de uma política pública iniciada no ano 1975, que criou, de fato, um ambiente educacional capaz de orientar todo o Ensino Agrícola de nível médio no Brasil.

A Coagri buscou oferecer melhores condições às antigas Escolas Agrotécnicas Federais em diferentes setores da educação profissional, especialmente no que se referia à infraestrutura física, à formação das pessoas e ao processo ensino-aprendizagem. Essas ações contribuíram, naturalmente, para elevar a qualidade da formação dos estudantes. Foi com esta expectativa que a Coagri atuou, deixando outros legados relevantes. Destacam-se:

- **no modelo *aprender a fazer e fazer para aprender,* os estudantes eram atores principais em todo o processo**

produtivo das fazendas, e contribuiu para tornar as escolas menos dependentes do estado;

- implantação do serviço de orientação e supervisão educacional nas escolas;
- reconhecimento, pela Resolução nº 23 de 9/2/72, das Escolas Agrotécnicas Federais como Cooperativa Escolar e Trabalho dos estudantes das EAF (Coetagri);
- utilização da cooperativa como componente estrutural de um modelo pedagógico nas instituições que passaram a formar a rede de EAF no final da década de 80;
- proposta pedagógica inovadora, numa antevisão de uma educação para o futuro, na área agrícola e na pecuária;
- coragem e humildade para rever aspectos negativos e a busca de soluções para superá-los, como na fusão do LPP e PAO, com a finalidade de aproximar a teoria da prática;
- imersão do estudante no mundo produtivo, expandindo sua compreensão para além das porteiras de uma propriedade, colocando-o frente a frente com os problemas da realidade, preparando-o para o exercício da cidadania e da função produtiva na sociedade;
- implantação da monitoria como princípio pedagógico, propiciando ao estudante o acompanhamento de profissionais para atender aspectos emocionais e de aprendizagem;
- elaboração de material didático por grupo de especialistas docentes para todas as escolas e todas as disciplinas, de forma a apoiar o processo ensino-aprendizagem;
- implantação das salas-ambiente como laboratórios especializados, destinadas à integração entre teoria e prática nas áreas profissionalizantes;
- concepção, implantação e funcionamento da cooperativa escolar-trabalho-produção, construindo princípios para orientar sua implantação em escolas profissionalizantes dos diferentes setores da economia;

- **crédito concedido aos estudantes em projetos de produção, com possibilidades de discussão de acertos, erros e forma de superá-los;**
- **compreensão e vivência do trabalho cooperado-coletivo;**
- **novo olhar para a educação agrícola, popularmente conhecida como "primo pobre" em relação à escola técnica federal,**
- **alimentação autossustentada por meio do trabalho dos próprios estudantes, minimizando os custos do internato;**
- **qualificação técnica e pedagógica dos docentes, pela oferta dos Esquemas I e II, junto às universidades públicas credenciadas;**
- **regulamentação da profissão de técnico em agropecuária ou técnico agrícola, atendendo reivindicações desde 1975;**
- **gestão compartilhada entre MEC/Coagri/Escolas, tanto para assegurar avanços pedagógicos quanto administrativo-financeiros;**
- **transformação das Escolas Agrotécnicas Federais em Institutos Federais, como resultado das sementes que a Coagri plantou e que germinaram e deram frutos, deixando o solo preparado para uma educação do futuro.**

A cooperativa consolidou-se como componente estrutural do modelo pedagógico com a implementação do Sistema Escola-Fazenda nas instituições da Rede de Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), especialmente ao final da década de 1980.

O trabalho interinstitucional envolvendo Coagri, Incra, OCB, CNC e Ciset resultou na Resolução nº 23, de 9 de fevereiro de 1972, que reconheceu a legalidade das cooperativas escolares das EAF, denominadas Coetagri.

O Decreto nº 88.244, de 20 de abril de 1983, autorizou a Coagri a participar da Política Nacional de Cooperativismo.

Apesar da abrupta interrupção das atividades, houve consenso e padronização das ações pedagógicas da Escola-Fazenda.

Além de habilitar os professores, a Coagri promoveu sua inclusão no Plano de Carreira do Magistério.

3.1 As Escolas Agrotécnicas Federais e a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na atualidade

A nova Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi criada oficialmente pela Lei no. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A mesma lei também criou uma institucionalidade educacional, os Institutos Federais, e manteve outras instituições, como os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades e a Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR).

As Escolas Agrotécnicas Federais se uniram aos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), aos Cefets agrícolas ou a outras Escolas Técnicas para constituir, em cada Estado brasileiro, pelo menos um Instituto Federal. Alguns Institutos Federais, como o Instituto Federal Goiano, o Instituto Federal Baiano e o Instituto Federal Sul de Minas, incorporaram unidades provenientes das antigas Escolas Agrotécnicas, identificadas informalmente como "institutos agrícolas". Com a criação dos Institutos Federais, as autarquias anteriormente denominadas Escolas Agrotécnicas Federais passaram, portanto, a constituir *campi* agrícolas seus respectivos institutos.

A organização dos Institutos Federais, estabelecida pela Portaria nº 246/2016[1,2] por meio de uma "tipologia", dimensionou os Institutos Federais e seus *campi* com base no número de cargos e funções, levando em conta a origem das unidades, conforme descrito na Nota Técnica nº 57/2016[3] da Setec/MEC, elaborada à época da criação dos Institutos Federais. Com isso, foram criadas as tipologias agrícolas, que se diferenciam das demais unidades da Rede Federal por atenderem, cumulativamente, conforme a Nota Técnica nº 57: oferta dos cursos técnicos em agropecuária, agricultura ou zootecnia; e existência de fazenda agrícola com unidades de ensino, produção e pesquisa animal e vegetal. Assim, foram oficialmente caracterizados os *campi* agrícolas da Rede Federal. Essas unidades têm sua origem diretamente relacionada à estrutura das antigas Escolas Agrotécnicas Federais vinculadas à Coagri, que,

1 Que também extinguiu outros órgãos, tais como: o Conselho Nacional de Serviço Social, a Comissão Nacional de Moral e Civismo, a Coordenação de Ensino Agropecuário (Coagri), a Delegacia Regional do Distrito Federal, a Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional (Cenafor) e o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp).

2 Lei nº 11.892/2008, que criou a nova Rede Federal de Educação Tecnológica e, dentro dela, os IFs;

3 Idem

além da oferta desses cursos, dispunham de fazendas e de todo o aparato apresentado ao longo deste livro.

O legado da Coagri permanece patente nos *campi* agrícolas mais antigos, tanto no modelo Escola-Fazenda quanto nos arranjos didático-pedagógicos. A grande expansão da Rede Federal, iniciada ainda em 2003, antes da criação oficial da nova rede, em 2008, trouxe um expressivo contingente de novas unidades e profissionais.

As novas unidades, quando agrícolas, iniciaram a oferta de cursos sem a estrutura de Escola-Fazenda. Assim, passaram a mimetizar o modelo Coagri, buscando agregar elementos como a residência estudantil, pequenas unidades produtivas e atividades práticas no campo. Esse processo, naturalmente, é gradual e necessita tempo para se consolidar.

Entretanto, o quadro atual da Rede Federal mostra avanços significativos. Um levantamento de dados realizado pelo Forcampo indicou que houve aumento no número de residências estudantis na Rede, o que demonstra que novas unidades vêm incorporando elementos originariamente presentes nas antigas Agrotécnicas. Das 45 unidades vinculadas à Coagri que possuíam o que atualmente se denomina Regime de Internato Pleno (RIP), hoje 59 unidades da Rede Federal possuem RIP. A Rede apresenta, portanto, uma diversidade de situações, com unidades que oferecem desde uma até seis refeições diárias aos estudantes, em especial, aos residentes.

A capilaridade da Rede Federal é, sem dúvida, outro grande legado da Coagri. As Escolas Técnicas geralmente estavam localizadas nas capitais dos estados, enquanto as Agrotécnicas se distribuíam pelo interior do país, inclusive em razão de sua característica de estarem situadas em áreas rurais.

Outro grande desafio foi a gestão das Escolas-Fazenda, que, a partir dos anos 1990, passou a contar com colaboradores terceirizados, em virtude da extinção de diversos cargos. Era comum que uma Escola Agrotécnica contasse com cerca de 35 professores, 110 técnicos administrativos e 320 alunos. Atualmente, esses *campi* agrícolas contam com, no mínimo, 70 professores e 60 técnicos, e possuem de 1.200 a 1.500 alunos.

Enquanto, na época da Coagri, as escolas ofertavam basicamente o curso Técnico Integrado em Agropecuária, hoje oferecem diversos cursos técnicos e superiores, além de desenvolverem atividades de Pesquisa e Extensão. Este novo cenário requer uma distribuição da carga horária docente muito mais

complexa do que no passado, quando um professor permanecia um período inteiro com a mesma turma e em apenas uma disciplina. Hoje, é comum que professores ministrem cinco a seis disciplinas diferentes, para várias turmas e em cursos de diferentes níveis.

Mesmo assim, as unidades que mantêm os elementos básicos das Escolas Agrotécnicas Federais possuem um grande diferencial na formação dos estudantes. Um dos principais exemplos disso é a verticalização. Os egressos dos cursos técnicos, geralmente, apresentam melhor desempenho nos cursos de graduação do mesmo eixo tecnológico. O conjunto de conhecimentos politécnicos adquiridos na formação técnica contribui para que o estudante compreenda melhor o novo mundo científico presente nos cursos de graduação.

Sendo assim, a iniciação científica aproxima cada vez mais o estudante do curso técnico dos cursos da graduação, constituindo uma continuidade em sua formação. Nesse contexto, a Coagri contribuiu significativamente para as atuais unidades agrícolas da Rede Federal, ao estabelecer as bases para o momento de alta incorporação tecnológica vivida pela agricultura. As habilidades demandam, cada vez mais, conhecimentos relacionados à automação, à computação e à inteligência artificial, em uma abordagem de sustentabilidade, espiritualidade e saúde mental.

3.2 Considerações finais

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o campo está envelhecendo, o que representa um enorme desafio para o futuro da segurança alimentar no país. Além disso, o meio rural perdeu mais de 12 mil escolas, fechadas por diferentes motivos. São dados que revelam um cenário preocupante e a enorme necessidade de escolarização nesse meio.

A juventude rural precisa, urgentemente, de formação técnica de nível médio e superior para atender às demandas atuais, bem como de políticas públicas que possibilitem sua permanência nos espaços onde produzem. Para atender a esta demanda, torna-se urgente que as instituições públicas – federais, estaduais e municipais – que atuam na formação profissional assumam um papel ainda mais relevante.

As antigas Escolas Agrotécnicas Federais transformaram-se em *campi* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os conhecidos IFs[4]. Dessa forma, perderam, de forma relativa, parte de sua autonomia administrativa, pedagógica e financeira. Embora algumas dessas unidades ainda mantenham características do modelo Escola-Fazenda, como residência estudantil, restaurante e as UEPs, os cursos ofertados perderam a ênfase exclusiva nas áreas agrícola, pecuária e zootecnia e foram diversificados, incorporando cursos de outras áreas, em sua maioria relacionadas ao setor de serviços.

Esse novo sistema, que também contempla a Pesquisa e a Extensão, fragiliza um pouco o foco original da formação técnica de nível médio. Hoje, embora a legislação determine que 50% das vagas dos IFs sejam destinadas a cursos técnicos, essas instituições também atuam fortemente no nível superior e na pós-graduação. O Brasil, entretanto, não pode se dar ao luxo de dispensar a formação dos técnicos de nível médio, ignorando a divisão técnica do trabalho e a necessidade de construir laboralidade para os jovens e estimular a inovação no setor produtivo por meio da qualificação do trabalhador. Essa afirmação não significa deixar de reconhecer a importância da formação superior, principalmente na área agropecuária. Ambos os níveis de formação são necessários. A formação de nível técnico possui terminalidade própria e não pode estar subordinada à formação dos profissionais de nível superior. O setor produtivo, por sua vez, não conseguiu incorporar somente profissionais de nível superior aos seus quadros.

Algumas reflexões são importantes e merecem ser registradas. À luz da legislação que criou a Rede Federal de EPCT[5] (composta por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica, Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná), a existência de um *campus* em uma localidade só tem sentido se ele "[...] realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico[...]"[6], além de "[...]estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional[...]"[7].

4 Artigo 7º da Lei nº 11.892/2008.

5 As UEPs ainda remanescem nos *campi* agrícolas dos Institutos Federais. Em alguns deles, ganharam outro nome e contorno, como setor, laboratório vivo, laboratório de práticas agrícolas, entre outros.

6 MEC/Coagri - Diretrizes de funcionamento de uma escola agrotécnica federal. Brasília. 1985. Pág. 11.

7 PORTARIA No 246, DE 15 DE ABRIL DE 2016 - Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de

Esses *campi* oriundos das EAFs, caso mantenham a base de suas atividades originais, poderão, com certeza, assumir o papel de agentes de desenvolvimento local. Essas instituições foram criadas, originalmente, "[...]baseadas no trinômio Educação-Trabalho-Produção[...]", incorporado à pedagogia de ensino, com o objetivo de dignificar o trabalho, estimular a cooperação e desenvolver a capacidade crítica, a criatividade e o processo de análise.

O principal objetivo das EAFs era preparar o jovem para atuar na sociedade e participar da comunidade, utilizando o Sistema Escola-Fazenda como instrumento de formação, de modo que o trabalho constituísse um elemento essencial desse processo. O sistema buscava preparar e capacitar o técnico para atuar como agente de serviço e de produção, atendendo às necessidades de produtores rurais, e contribuindo para a resolução de seus problemas. Essa metodologia de ensino tinha como princípio estruturar "uma escola que produz e uma fazenda que educa", por meio de dois processos integrados: as Unidades Educativas de Produção (UEP) e a Cooperativa-Escola.

Por meio de um esforço concentrado, alguns profissionais egressos da Coagri buscaram resgatar a história dessa Instituição, preservada apenas na memória daqueles que aceitaram o desafio de "fazer acontecer" um processo educativo inclusivo e inovador. Esse processo tinha como finalidade levar jovens e adultos a compreender que o trabalho e a prática profissional, aliados a um ensino de qualidade, representam o grande laboratório de uma "aprendizagem significativa", segundo a concepção de David Ausubel.

Depois de tantos anos, entre sorrisos e lágrimas, permanece a certeza de que as turbulências decorrentes de momentos históricos, políticos e sociais não abalaram a construção de um projeto de educação tão relevante. Não se trata, mais uma vez, de saudosismo, mas de repensar o que hoje prevê a legislação de ensino para a educação profissional e ressignificar os princípios basilares do Sistema Escola-Fazenda, diante de uma realidade marcada por rápidas transformações e pela necessidade de incorporação de novas tecnologias.

Este livro procurou demonstrar, por meio dos depoimentos constantes do Anexo I, que a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (Coagri) foi um divisor de águas no ensino agropecuário do Brasil e que as mudanças ocorridas após sua extinção, por meio do Decreto nº 93.613[8], de 21 de novembro de 1986, tiveram impactos significativos na educação profissional. As narrativas

Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação.

8 Artigo 6º da Lei nº 11.892/2008;

das pessoas que aceitaram cooperar com seus depoimentos merecem ser aprofundadas e analisadas à luz das demandas atuais da Educação Profissional Técnica de Nível e da Educação Tecnológica de Nível Superior.

Finalizando, pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que as Escolas Agrotécnicas Federais foram detentoras de uma ampla e significativa experiência de cooperação técnica e financeira com órgãos estaduais e municipais da área. Essa afirmação pode ser constatada, por exemplo, em 1981, quando as escolas atenderam secretarias de educação e prefeituras municipais, apoiando e orientando a implantação de projetos didático-pedagógicos em 43 escolas, que atendiam aproximadamente 10 mil estudantes de 1º grau.

Outra experiência foi o apoio técnico ao Convênio MEC/MA/MTb/CNPq, destinado ao desenvolvimento de ações conjuntas para o meio rural. Foram designados R$ 310 milhões para atividades produtivas e a implantação de currículos experimentais em 23 escolas de 1º grau, além da edição e distribuição de Manuais Técnicos do Senar, da aquisição de insumos e equipamentos, da construção de instalações e da oferta de cinco cursos para treinamento de 10 professores. Também foram distribuídos manuais técnicos em 78 escolas e implantados currículos experimentais em duas escolas de 1º grau.

Com os agricultores, foram desenvolvidas ações de expansão em práticas de culturas e criações, operação de máquinas e equipamentos agrícolas e troca de experiências por meio de encontros, estudos e debates sobre culturas locais e cooperativas. Foram realizados cursos sobre técnicas agropecuárias, além da prestação de serviços a sindicatos dos trabalhadores rurais, bem como participação em Semanas de Produtores Rurais, Feiras de Animais, Concursos Leiteiros, Exposições Agrícolas, Feiras de Ciências, entre outras cooperações técnicas, de trabalho e compartilhamento de vivências nas comunidades rurais circunvizinhas.

Desta forma, pode-se afirmar que a Coagri encerrou seu ciclo e marcou a história como polo de irradiação de uma nova filosofia educacional, voltada para o desenvolvimento do meio rural brasileiro.



Referências Consultadas

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Ensino Médio. Plano de Desenvolvimento do ensino agrícola do 2º grau. Brasília, 1973.

BRASIL. Decreto N° 53.558, de 13 de fevereiro de 1964. Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas. Diário Oficial da 103 União: seção 1, Brasília, DF, p. 1433, 14 dez. 1959.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. Decreto N° 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 5543, 22 maio 1967.

_____. Decreto n° 72.434, de 9 de julho de 1973. Cria a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola – Coagri – no Ministério da Educação e Cultura, atribuindo-lhe autonomia administrativa e financeira e dá outras providências. Brasília, 1973.

_____. Decreto n° 76.436, de 14 de outubro de 1975. Altera o Decreto n° 72.434, de 9 AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO PLANO DO CAPITALISMO RURAL E... Página 12 de 15 de julho de 1973, que criou a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário do Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 1975.

_____. Decreto N° 83.935, de 4 de setembro de 1979. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica (EAFs). Brasília, 1979. BRASIL/MEC.

_____. Decreto n° 93.613, de 21 de novembro de 1986. Extingue órgãos do Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília, 1986. BRASIL/MEC.

_____. Portaria do Gabinete do Ministro n° 217, de 16 de abril de 1974.Institui grupo tarefa para implantação da Coagri e dá outras providências. Brasília, 1974.

_____. Portaria do Gabinete do Ministro nº 821, de 26 de novembro de 1986. Atribui a Secretaria de Ensino de 2º Grau o exercício das funções da Coagri. Brasília, 1986.

_____. Portaria do Gabinete do Ministro nº 833, de 01 de dezembro de 1986. Vincula as Escolas Agrotécnicas Federais a SESG. Brasília, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Coagri. Colégio Agrícola de Alegre. Escola-Fazenda. Brasília, jul. 1975.

_____. Coagri. Regulamento Interno. Brasília, out. 1978.

_____. Coagri. Retrospectiva Histórica do Ensino Agrícola de 2º Grau. Papel da Coagri. Mimeo. Brasília, mar. 1984.

LIMA, A.A, CONCEIÇÃO, J.T, Revista Educação em Questão, Natal, v. 68, pág. 1-25, e-32752, abr./junho de 2023.

VARGAS,R.C,GATTI,G.C.V. Cadernos da Fucamp, v. 32, p. 150-181 , 2024

Glossário de siglas

Asmec – Associação dos Servidores do Ministério da Educação

Anei – Associação Nacional de Educadores Inclusivos

Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica

Cenafor – Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Coetagri – Cooperativa Escolar e de Trabalho dos Alunos do Colégio Agrícola Benjamin Constant

Coop – Cooperativa

Condetuf – Conselho dos Dirigentes das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais

Conif – Conselho Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

DEA – Diretoria do Ensino Agrícola

DEM – Departamento de Ensino Médio

Desu – Departamento de Ensino Superior

EAF – Escola Agrotécnica Federal

EAFSC – Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE

EPCT – Educação Profissional, Científica e Tecnológica

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

EPTI – Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva

Esal – Escola Superior de Agricultura de Lavras

FIC – Formação Inicial e Continuada

Forcampo – Fórum de Educação do Campo, do Conif

Ifet – Instituição Federal de Educação Tecnológica

IF – Instituto Federal

MA – Ministério da Agricultura

MEC – Ministério da Educação

MTB – Ministério do Trabalho

Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Semtec – Secretaria de Educação Média e Tecnológica

Senete – Secretaria Nacional de Educação Tecnológica

Sesg – Secretaria de Ensino de Segundo Grau

Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC

Uned – Unidade de Ensino Descentralizada

Ufla – Universidade Federal de Lavras

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná



Anexos

DEPOIMENTOS

DEPOIMENTOS DE ATORES E ATRIZES QUE FIZERAM PARTE DA HISTÓRIA DA COAGRI

A partir daqui, serão apresentados depoimentos de algumas pessoas que aceitaram compartilhar suas experiências, mostrando como o "jeito Coagri" de ser, trabalhar e viver contribuiu para seu desenvolvimento funcional e pessoal.

Da Coagri-Sede

Antonio Ferreira de Oliveira

Antes de trabalhar na Coagri, trabalhei na Construtora Edil. Ingressei em 1964, ainda no tempo da Escola de Economia Doméstica, para trabalhar na horta.

A importância da Coagri para minha vida profissional é que foi lá onde fiz toda minha carreira profissional. E, em minha vida pessoal, a levarei para sempre em meu coração.

Com a extinção em 1986, fui para o Ministério da Educação e fiquei lá até me aposentar.

Antonio Wilson de Araujo Lopes

Iniciei minha vida profissional no Serviço Social do Governo do Distrito Federal e, posteriormente, ingressei na Coagri em 1983, como estagiário. Fui trabalhar na Divisão de Pessoal, mais precisamente no Setor de Pagamento. Profissionalmente, foram momentos de muito aprendizado na área de pagamento de pessoal e, pessoalmente, conheci pessoas de muitas Instituições Federais de Ensino.

A melhor lembrança de Coagri que eu tenho é a de que fazíamos muitas amizades e todos que me ajudaram sempre que precisei.

Com a extinção, em 1986, fiquei no MEC-Sede, na Secretaria de Educação Tecnológica, até abril de 2012. Atualmente, estou no quadro da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Ena Araújo Galvão

Aposentei-me em novembro de 1993, pela então Escola Agrotécnica Federal de Salinas (MG), hoje, um *campus* do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Esta aposentadoria significou para mim apenas o encerramento de um ciclo profissional. Continuo trabalhando até hoje e, nos últimos quarenta anos, venho contribuindo no processo de educação dos trabalhadores empregados na área da saúde.

Em setembro de 1973, soube que o MEC havia criado um grupo de trabalho (GT-Coagri) e estava contratando profissionais para organizar a nova equipe, que cuidaria das questões referentes ao ensino agropecuário. Ingressei na área pedagógica, pois havia concluído o curso de direção em escolas e o curso de Pedagogia, ambos pela UnB.

A Coagri foi, para mim, um salto profissional muito grande. Saí da sala de aula como professora primária e fui prestar serviços na rede nacional das Escolas Agrotécnicas Federais presentes nos estados da Federação. Pude, então, compreender a importância e a dimensão do trabalho que realizava como técnica e como gestora. Esse aprendizado me valeu trabalhar na Escola Técnica Federal de Goiás, concursada, para a função de supervisão pedagógica do ensino industrial. Em 1979 voltei para a Coagri, como professora colaboradora. Tempos depois fomos efetivados no quadro da instituição, por meio de concurso, como professores de ensino de 1º e 2º Graus.

Lembro-me, com carinho e saudade, de um depoimento feito por Maria Alice Roschke, assessora da Opas em Washington, no dia em que fui agraciada com o nome de uma Escola Técnica do SUS, localizada em Campo Grande (MS). Ela disse: "Fiquei impressionada com a experiência que Ena trazia do Ministério da Educação sobre a educação ministrada nos Colégios e Ginásios Agrícolas da Coagri, de onde ela veio, e de toda a acumulação que possuía sobre o ensino técnico e legislação, além da experiência prática naquela área, que contrastava muito firmemente com os conceitos que discutíamos na área profissionalizante da saúde. Seu nome era ligado ao processo de consolidação dos colégios e ginásios agrícolas da Rede Federal de Ensino, e este fato oportunizou atraí-la para um novo desafio de educação na área da saúde. Sabíamos que era preciso alguém com conhecimento de causa e experiência na seara da educação técnica, capaz de construir pontes para o diálogo com os atores envolvidos na educação agrícola."

Saí da Coagri antes da sua extinção, em 1986. Fui liberada para o órgão central, em 1983, com a finalidade de representar o Ministério da Educação em um acordo interministerial, onde participavam o próprio MEC, o Ministério da Previdência Social, o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde. Mais uma vez, para trabalhar na educação profissional, no setor terciário da economia: área de serviços. Fechei, assim, o ciclo de aprendizado na educação profissional, atuando como educadora nas três áreas da economia.

Gostaria de deixar aqui um agradecimento especial ao Dr. Lamounier, grande gestor-economista-educador e a todos aqueles com quem convivi e aprendi, num processo de reciprocidade, estejam eles aqui ou em outra dimensão.

E conseguimos: na base do trabalho, do respeito e das competências multiprofissionais somadas e a serviço da educação, temos hoje o orgulho de dizer: deixei, em minha passagem pela Coagri, uma contribuição para o ensino agrícola e para o ensino profissionalizante do Brasil.

Francisca Lúcia Teles Guimarães

Em janeiro de 1980 fui contratada pela Coagri, meu primeiro emprego. Inicialmente, trabalhei no Setor de Pagamento e, depois, no Setor de Cadastro, Lotação e Movimentação.

Trabalhar na Coagri foi uma experiência maravilhosa pois, tudo que eu sei em relação a compromisso com trabalho, horário, zelo, responsabilidade, respeito aos colegas e à instituição devo a ela e aos demais colegas. Foi um aprendizado para toda a minha vida. Hoje sou uma boa profissional, cumpro com lealdade as atividades inerentes ao meu cargo, pela bagagem trazida da Coagri. Ela foi a minha base profissional. Tudo que sou como profissional devo ao meu tempo de Coagri.

Lembro, com saudades, todas aquelas formações que a gente dava nas Escolas Agrotécnicas Federais e Colégios Agrícolas no Brasil todo. Essas trocas de experiência com os servidores daquelas escolas foram muito enriquecedoras. E as amizades construídas tanto na Coagri quanto nas instituições? Não há dinheiro que pague.

Após a extinção da Coagri, fui para o MEC e, posteriormente, tirei licença para acompanhamento de cônjuge em Tocantins. Reassumi no MEC, para ser lotada na Delegacia (Demec-TO), mais tarde extinta. Fui membro da Comissão de Liquidação do órgão para redistribuir o pessoal, patrimônios etc. Depois disso, fui para a Polícia Federal, permanecendo até a presente data. Em agosto de 2024 entrei com o pedido de aposentadoria. Estou aguardando a publicação.

Franclim Costa do Nascimento

Eu sou Franclim Costa do Nascimento, brasileiro, natural de Fortaleza (CE). Aposentei-me em março de 2019, pelo IF Brasília, *Campus* Planaltina. Cheguei em Brasília em 1975, acompanhando meu pai, Raimundo Nonato do Nascimento, um brilhante autodidata que saiu da inspetoria do Banco do Estado da Paraíba (BEP) e veio se aventurar pelo Planalto Central do Brasil.
Em maio de 1980, já universitário e trabalhando como programador de uma rádio, preocupava "seu Raimundo" com a militância no movimento estudantil e sindical. Pediu, então, ao professor Lamounier que me contratasse para que eu ficasse perto dele... e nosso "Lamuca" atendeu ao pedido.

Ingressei na Coagri, no Setor de Administração, com a "Dona Dora" (Doralice Dutra Borges) e me encantei. Começamos a visitar as EAFs e me encantei mais ainda. A Coagri foi um grande salto profissional. Ali, com vagas abertas para professor (boa parte tinha ido para o BID), "virei" professor temporário e, depois, professor de ensino de 1º e 2º graus, quando fomos para o MEC.

Que boas lembranças dos momentos de festas, encontros e, principalmente, das visitas técnicas. Fui até paraninfo de algumas turmas. A partir da oportunidade dada pela Coagri, fui crescendo no serviço público e, com o apoio de meus gestores, fiz especializações no Brasil e fora, também. Fiz mestrado e doutorado fora do Brasil, pesquisando a inclusão e, por conta disso, fui convidado para participar de vários eventos internacionais sobre inclusão na educação profissional.

Por saber que a gratidão é a maior virtude do homem, sou muito grato ao amigo Lamounier pela oportunidade e por me fazer acreditar em mim. Atualmente, estou presidente da Associação Nacional de Educadores Inclusivos (Anei Brasil), escrevo livros e faço consultorias.

Geraldo Martuchelli (*In Memoriam*)

Sou o Geraldo Martuchelli, natural do Rio de Janeiro. Desde aquela cidade, já era do MEC na antiga capital federal. Eu era *office-boy*. Ingressei com 16 anos e tinha somente o então "1º grau". Iniciei um curso técnico em contabilidade, mas nunca consegui concluir, pois já atuava como ator e isso atrapalhava toda minha agenda escolar. No entanto, por afinidade, sempre trabalhei, desde a Secretaria Geral do MEC, no Setor de Contabilidade.

Fui removido para Brasília em 1971. Quando cheguei, fui para o Instituto Nacional do Livro e depois, para o Procarta. Em 1976 fui para a Coagri, exatamente para apoiar o Setor de Contabilidade. Por fazer um bom trabalho, era bem respeitado e, em alguns casos, assumi o setor. Para manter a dupla vida de trabalho (Coagri e teatro), usava minhas férias para o teatro e viajava aos finais de semana.

Para mim, a Coagri foi de grande importância na vida profissional, pois a disciplina desenvolvida lá me ajudou muito no teatro. E, seguindo esta disciplina, eu conseguia ter a vida de ator/artista conjuntamente com a de servidor público. Tenho tantas lembranças boas daquele período... e o melhor, tantos amigos, tantas histórias. Literalmente, naquele lugar a vida imitava a arte.

Ione Gomes Adriano

Iniciei minha carreira funcional em 1976, no grupo GT Coagri do Ministério da Educação e Desporto, como Auxiliar Administrativo AX6, menor nível daquele GT. Posteriormente passei para o cargo de Agente Administrativo, e, em 1984, fui contratada como Professora Temporária passando, em 1986 para o cargo de Professora de Ensino de 1° e 2° Graus.

A Coagri teve papel fundamental na minha formação profissional e como ser humano. Em 1981, iniciei meus estudos no curso superior de Administração de Empresas. Em 1984, a Coagri me proporcionou um curso de formação de professores, parte especial do currículo do ensino do 2° grau. Sou grata por esta oportunidade.

Agradeço também aos colegas que na época conheci. Todos contribuíram com meu amadurecimento. No tocante às atividades desenvolvidas, além das inerentes às rotinas do setor de Cadastro e Movimentação de pessoal, Preparo e Análise das folhas de pagamento, desenvolvi atividade de formação de servidores na área de pessoal.

Com a Coagri extinta, fui para a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins. Lá trabalhei em diversas atividades como Comissão de Licitação, elaboração do Plano Plurianual, além de atuar nas UEPs, que me oportunizaram um aprendizado interessante.

Em 1993, fui transferida para a EAF de Colorado do Oeste, em Rondônia, onde fui Diretora Adjunta, presidi a Comissão de Avaliação de servidores em estágio probatório, a Comissão de Licitação, de Elaboração do Regimento Interno desta unidade de ensino, a Comissão de Planejamento e, ainda, presidi a Comissão de Concurso Público da EAF de Cáceres, em Goiás, onde cheguei a ser Diretora-Geral.

Lá implantamos o Laboratório de Informática, com recursos do Proep, um Orquidário, o Centro de Promoção Ambiental, a Estação Meteorológica, o Laboratório de Plantas Medicinais, a Usina de Reciclagem de Lixo, o Laboratório de Construções Rurais, o Herbário, o Viveiro de Plantas Silvestres e de Produção de Mudas, os Tanques de Piscicultura, o Aprisco de Caprinocultura e Ovinocultura, o Laboratório para Análise Química do Solo, a ampliação da Bovinocultura, a construção da biblioteca, de dois biodigestores e galpão para

armazenamento de grãos, a ampliação da ensilagem. Ainda propiciamos cursos básicos de apicultura, suinocultura e sistemas agroflorestais.

Como atividades pedagógicas complementares, realizamos exposição agropecuária aberta para parceiros externos, firmamos parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, lideramos a Festa das Nações para conhecimento das várias culturas do nosso país, realizamos parceria com o Tiro de Guerra do Comando Militar da Amazônia, colaborando com o alcance dos objetivos cívico-militares da instituição.

Em 2003, solicitei minha redistribuição para o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde (GO), onde ministrei disciplinas de Administração Rural e Teoria Geral da Administração. Em 2005, fui nomeada Coordenadora Geral de Ensino, encarregada da elaboração da matriz curricular dos cursos do Projeto Proeja e, em 2008, concluí o Curso de Especialização em Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio. Fui delegada no Seminário da Rede federal do Ensino Agrícola e coordenei projetos do Proeja. Em 2010, ingressei no Mestrado de Educação pela PUC de Goiás.

Com a riqueza de experiências que pude participar e realizar, sou grata aos meus gestores, à Coagri como instituição e as escolas onde atuei. Foi importantíssimo para meu aprendizado e formação profissional viver na prática todas as teorias que aprendi. Nesses espaços desenvolvi relações interpessoais, fiz amigos e inimigos e todos me ajudaram a ser uma pessoa melhor.

José Roberto Barbosa dos Santos

Meu primeiro trabalho formal foi na Coagri. Antes era engraxate, lavador de carros (poucos carros na época na comercial de Taguatinga -DF). Ingressei em março de 1983 e fui trabalhar na Divisão de Pessoal (DIP). Iniciei minha atividade profissional na Administração Pública na função de aprendiz (estagiário/*office boy*).

A importância da Coagri para minha vida pessoal foi total, pois ainda não me sentia um sujeito de direitos, já que a pobreza era extrema no seio da minha família, formada por nove irmãos, todos menores e órfãos de mãe, falecida em 1976, e de pai, que abandonou os filhos, deixando-nos sem teto e sem ninguém para nos conduzir aqui em Brasília. A família dos meus pais era de Petrolina (PE) e não tinha condições de nos assistir.

A melhor lembrança que tenho da Coagri, seja como instituição, seja por meio dos servidores, marcou toda a minha trajetória na Administração Pública Federal. Hoje tenho o que tenho e sou o que sou em razão dela ter existido na minha vida. Com a sua extinção, fui preliminarmente para o Departamento Pessoal do MEC; e, logo em seguida, para a Secretaria do 2º Grau.

Tornei-me Professor da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), formei-me em Direito e, atualmente, sou concursado do Tribunal Regional do Trabalho de Brasília onde, há anos, ocupo o cargo de Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho. Já exerci esse cargo em Taguatinga (DF), em Araguaína (TO) e, hoje, atuo na 14ª Vara do Trabalho de Brasília (DF). Sem a Coagri no início dessa trajetória, este caminho ficaria muito mais difícil, ou até impossível de acontecer.

Maria José dos Santos Jaime

A Coagri foi meu primeiro emprego e muito importante para a minha vida profissional. Ajudou também no crescimento pessoal. A melhor lembrança foi o concurso que passei para o GT de Funcionários Públicos. Com a extinção da Coagri, em 1986, fui para a Sedap da Presidência da República.

Sou eternamente grata ao aprendizado que tive como funcionária. Sempre comento com meus amigos: "sou da época que uma fitinha para apagar o erro de datilografia valia uma vida".

Sara Snel de Oliveira

Cheguei em Brasília em 1981. Eu trabalhava na Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (SC). Na Coagri, trabalhei no Setor Financeiro. Essa oportunidade foi muito importante para minha vida profissional, pois tive a possibilidade de trabalhar com muitas outras escolas agrotécnicas e não apenas uma. E, para minha vida pessoal, me permitiu viver em Brasília, conhecer e conviver com pessoas de todos os estados brasileiros.

A melhor lembrança que tenho da Coagri são as amizades formadas que permanecem até hoje. Com a extinção, em 1986, fui para o MEC, lotada na Secretaria de Ensino de Segundo Grau (SESG).

Selma Fonseca Saúde de Lima

Meu nome é Selma Fonseca Saúde de Lima, cheguei em Brasília em 1972 e ingressei na Coagri em 1978, na Divisão De Execução Orçamentária e Financeira (Setor Financeiro). Meus superiores eram Ari Mafra, José Camilo, Ernesto, Geraldo Martuchelli, Professora Maryberg Luna Paes Pereira e professor Armando de Oliveira.

Trabalhar na Coagri, na área financeira, me proporcionou o aprendizado e desenvolvimento das minhas atividades durante 30 anos que trabalhei no serviço público federal. Lá, tive oportunidade de estudar e concluir o curso superior.

A melhor lembrança que tenho são as festas. Agíamos como se fossemos todos da mesma família.

Saudades de lá. Fazíamos visitas às escolas vinculadas Coagri. Uma atividade de orientação aos servidores dos setores, com o objetivo de sanar alguma impropriedade na execução do orçamento da unidade.

Após a extinção, fui para o MEC/Sede e trabalhei sempre ligada à Educação Profissional.

Das Escolas Agrotécnicas Federais

Alberto Aciole Bomfim

Entrei na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (EAFSC), no município de São Cristóvão (SE) em 1980, como Docente da disciplina Biologia. Tinha atividades em sala de aula, no laboratório e no campo. Desenvolvi as atividades na EAF como Professor, Coordenador dos Laboratórios, Diretor de Ensino (DEN), Vice-Diretor e Diretor-Geral por dois mandatos.

A EAF foi muito importante em minha vida profissional pois encontrei, à época, uma instituição muito bem estruturada, proporcionando aos profissionais docentes amplas condições de desenvolver suas atividades. E, para minha vida pessoal, foi importante porque, na época, troquei o trabalho na Universidade

Federal de Sergipe pela EAFSC, onde passei a trabalhar 40 horas, fato que me proporcionou melhor condição financeira e consequentemente, melhor condição de vida. Tenho muitas lembranças boas! Muito difícil enumerá-las.

Atualmente, a antiga EAF de São Cristóvão (SE) é *Campus* São Cristóvão do IF Sergipe e continua muito importante para o estado, oferecendo novos cursos, inclusive de nível superior. Infelizmente, deixou de ser uma das maiores instituições do setor de ensino agrícola do país, pois passou a desenvolver outras atividades que não são voltadas para o homem do campo, muito embora sejam importantes.

Com essa transformação, permaneci no *campus*. Dois anos após a criação do IFS, fui convidado para assumir a Pró-Reitoria de Assistência ao Estudante (Proae), ajudei a criar a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin) e ainda fui Pró-Reitor da Gestão de Pessoas (Progep) e da Pró-Reitoria de Ensino (Proen).

Fui convidado para o cargo de Diretor-Geral para implantar e gerenciar a construção e o funcionamento do *campus* no município de Nossa Senhora do Socorro (*Campus* Socorro), o qual tive a honra de ser seu primeiro Diretor-Geral. Finalmente, em 2018, solicitei minha aposentadoria após a formatura da primeira turma do Curso Técnico em Manutenção em Informática.

João Batista Kefler Pinotti

Em outubro de 1977 fui convidado pelo professor de Matemática, Olindino Pauli, para fazer o exame de seleção do Colégio Agrícola de Colatina. Eu passei e fui para lá estudar, em fevereiro de 1978, compondo a primeira turma de ensino técnico de nível médio. Tive que compor meu enxoval: roupas de cama, de banho, uniformes, macacões para aulas e trabalho, botinas, enfim, tudo aquilo que era exigido. Éramos 120 jovens, tendo somente quatro moças: Geralda, Penha, Crezilda e Marilene. Tudo novo para nós. Aos poucos fomos nos adaptando: estar longe de casa e ao mesmo tempo, num ambiente fervoroso. Como estávamos sob o governo do regime militar, a cobrança por disciplina era enorme, e a Direção da Escola era pontual neste assunto. Tivemos que aprender a ter respeito pelo outro. Professor só entrava em sala de aula se os estudantes se levantassem, e só nos sentávamos depois que o professor autorizasse. Apesar de todo controle, mesmo assim, conseguimos fazer muitas bagunças, que quando descobertas, podíamos nos preparar, a sentença viria

e teríamos que pagar. Nada de ser mandado embora, as penas eram pagas com serviço. Daí, todos os alunos das três primeiras turmas terem, por unanimidade, uma gratidão eterna ao professor Sebastião Pelúzio de Campos, o Diretor-Geral da Escola.

Fomos obrigados a nos filiar em uma Cooperativa-Escola que se denominava Cooperativa-Escola dos Alunos do Colégio Agrícola de Colatina. Aos poucos fomos compreendendo a estrutura da escola, que passou a se chamar Escola Agrotécnica Federal de Colatina. Numa reunião com a direção, foi nos explicada a estrutura da Escola, que tinha uma fazenda, por isso era chamada Escola-Fazenda. Nesta reunião foi explicado que estávamos subordinados a um órgão do governo chamado Coagri. A Coagri promoveu a autonomia administrativas de todas as Escolas Agrotécnicas, tornado-as autarquias com independência administrativas e financeira, o que permitiu às Escolas ajustarem seus sistemas de ensino de acordo com as necessidades locais e regionais onde elas estavam inseridas.

Eu já tinha uma certa liderança entre os alunos e fui convidado para fazer parte da diretoria da cooperativa dos alunos, como presidente. A função da Cooperativa-Escola era de comercializar o excedente da produção obtida nas Unidades Educativas de Produção, com auxílio dos alunos, oferecer serviços para os estudantes, como: serviços de cantina, loja com produtos para sala de aula, incluindo compra de livros, material esportivos, e promover a educação do cooperativismo como forma de realizar negócios. E assim permaneci na direção da cooperativa nos dois últimos anos de formação.

Durante o processo de formação fomos compreendendo a profundidade do lema da Escola; “Aprender a fazer; fazer para aprender”. A estrutura organizacional da Escola era composta pela Administração Geral, Assessorias administrativas e pedagógicas, Salas de aulas e laboratórios, Cooperativa-Escola, Unidades Educativas de Produção (laboratórios), onde era realizado o processo de Educação-produção e as unidades de apoio administrativos e pedagógicos (alojamentos, almoxarifados, microindústrias, áreas esportivas, lavanderia e casas dos servidores).

Nossa formatura foi celebrada em dezembro de 1980, tendo como Paraninfo, o Sr. Oscar Lamounier Godofredo Júnior, Diretor-Presidente da Coagri. A Direção da Escola selecionou 17 alunos para fazer o vestibular do curso de Licenciatura de Ciências Agrícolas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Fui o único que passou. Eu me formei em 1985. Fui convidado pela Direção da Escola para retornar à casa, como professor temporário, trabalhando em

sala durante dois anos. Acabei sendo efetivado por processo interno, ficando por mais 10 anos, quando veio a exclusão definitiva do regime celetista, Lei 8.112/90, passando todos os servidores celetistas para o regime estatutário. Em 2001, submeti meu nome para Direção-Geral da Escola, fui eleito, cumpri meu mandato de quatro anos, de 2002 a 2006. Foi uma experiencia gratificante, pois dirigir o processo administrativo de um Escola exige muita energia: todo dirigente consciente tem que dar o melhor de si para o sistema de ensino ser vivo, ativo, construtivo e alegre.

A formação de educação profissional no regime de Escola-Fazenda, em regime de internato, gerou em todo estado do Espírito Santo os maiores e melhores empreendedores no setor rural. Eu sinto muito orgulho e gratidão por ter participado ativamente neste processo.

José de Oliveira Campos

Entrei para o Colégio Agrícola de Januária (MG) em 1965 e me formei em 1968. Depois disso, vim para o Colégio Agrícola de Brasília (CAB). Neste colégio, tive a oportunidade de ser tesoureiro da Cooperativa-Escola e pude vivenciar o que defenderia no futuro, como docente e gestor de uma EAF. Em 1972, ingressei para a Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (GO), como docente. Fui para o Setor de Zootecnia com animais de pequeno, médio e grande portes.

Ministrei aulas de Zootecnia. Depois fui Chefe do Setor de Projetos Agropecuários e fui Diretor-Geral por duas vezes. Tive o prazer de ter como meus superiores a professora Sônia Xavier de Carvalho, o professor Francisco Aldivino Gonçalves e o grande Pedro Hiromasa Osawa. Também é importante lembrar que tenho uma grande dívida de gratidão com o professor Oscar Lamounier Godofredo Júnior.

A EAF Urutaí foi de grande importância em vida, pois me oportunizou um crescimento vertical em todas as áreas do conhecimento. Pessoalmente, fiz mestrado em Educação, pesquisando sobre o Sistema Escola-Fazenda. A melhor lembrança que tenho de meu trabalho na EAF é que conseguíamos preparar os estudantes para o mundo do trabalho com eficiência, humanidade e afetividade.

Depois de 2008, quando as EAFs se transformaram em *campi* dos Institutos Federais, vi que houve grandes mudanças, principalmente com a criação dos cursos superiores e da pós-graduação. Mas há algo a melhorar: as aulas

práticas dos cursos técnicos. Usar mais as UEPs. Depois que saí da EAF, fui trabalhar no MEC como consultor da Unesco e na vida privada.

José Cimino

Entrei para o MEC por concurso público e fui contratado como Técnico em Educação. Trabalhei no EAF de Rio Verde (GO). Fui Diretor desta escola de março de 1975 a junho/julho de 1988. No início, tive como chefe imediato o Diretor do DEM do MEC, Coronel Torquato Jardim. Após a criação da Coagri, foi o professor Oscar Lamounier Godofredo Júnior.

Quando cheguei à escola, constatei que havia apenas três estudantes goianos matriculados, sendo um rio-verdense. A maioria deles era de outros estados. Percebi que as famílias rio-verdenses não se interessavam em matricular seus filhos na EAF porque o calendário escolar seguia o calendário agrícola, com as aulas se iniciando em agosto. Isso era norma da Escola-Fazenda. Fui ao MEC e expliquei para o Coronel Torquato que era urgente mudar o calendário escolar da EAF, para atrair alunos de Rio Verde e de todo o estado de Goiás. Ele nos atendeu. Ficamos um semestre apenas com o 3° ano. Durante um semestre reestruturamos a organização didática e pedagógica da EAF. Fizemos uma Festa Junina, envolvendo as principais escolas da cidade, com concurso de quadrilha, música sertaneja e temas livres. A festa teve sucesso total. No ano seguinte (fevereiro de 1976) fizemos o exame de seleção e conseguimos matricular cerca de 120 alunos rio-verdenses e a maioria de Goiás. Alguns vieram transferidos para esta EAF, que foi pioneira na mudança do calendário escolar das EAFs.

Na EAF de Rio verde, havia, na época, oito turmas. Iniciado o ano letivo em março de 1976, percebemos uma situação desconfortável para os estudantes. Não havia uma adequação entre aulas da área propedêutica e as teórico-práticas. Viam-se discentes saírem de uma aula de física, por exemplo, para irem fazer cerca. A fim de se promover adequada integração entre teoria e prática e favorecer melhores condições aos estudantes, as turmas foram divididas em dois blocos de quatro. Pela manhã, um grupo teria aulas da área propedêutica, enquanto outro grupo aulas teórico-práticas nas Unidade Educativas de Produção.

Com o objetivo de facilitar a integração entre teoria e prática e dar melhores condições ao professor, construímos uma sala de aula na horta. Esta área

tinha cerca de três hectares, fazendo-se um rodízio entre eles em cada ano. Era irrigada. Essa sala foi construída em 1976 e, com certeza, a primeira das salas-ambientes da Unidades Educativas de Produção (UEP).

Na parte pedagógica, em 1976 criamos a Orientação Educacional, favorecemos a qualificação dos professores ainda não qualificados, estimulando-os a se matricularem na Fesurv, deu-se importância à monitoria, minucioso acompanhamento dos estágios dos alunos, valorização da Cooperativa dos Estudantes, com acompanhamento e orientação de um professor.

Na EAF de Rio Verde, dava-se grande importância ao artigo 7° da lei 5.692/72: educação religiosa, artística, física e moral e cívica. Às quintas-feiras, fazia-se o hasteamento da Bandeira do Brasil e cantava-se o hino nacional. Os discentes, sob a orientação de uma professora, ensaiavam peças de teatro.

Como, na época, havia considerável demanda de técnicos para a indústria de laticínios, em expansão em Goiás, foi montada uma usina de processamento de leite. A EAF de Rio Verde passou a fornecer leite pasteurizado para a cidade, a produzir queijo, doce de leite, manteiga e outros derivados. O laticínio da escola processava cerca de 4.000 litros de leite por dia e era administrado pela Cooperativa.

Para estimular os estudantes, eram realizados concursos de produtividade. Eles se organizavam em grupos espontâneos. Cada grupo recebia uma área de um hectare. O grupo elaborava o próprio projeto sob a orientação do professor. Fazia-se análise do solo de cada área, com acompanhamento e cuidado da plantação até a colheita. No dia da colheita, havia um dia de campo com a participação da Emater. Houve um ano em que um grupo bateu o recorde de produção de soja por área de todo o estado de Goiás.

No segundo semestre de 1975, teve início a construção de um prédio para Biblioteca, salas de Orientação, Supervisão, Secretaria e para a orientação dos projetos agropecuários. Construção de salas para laboratórios de Biologia, Física e Química. Em fins de 1976, a Escola já contava com uma estrutura didático-pedagógica muito boa e na vanguarda das escolas da cidade e da região. A qualidade do ensino da EAF de Rio Verde tornou-se famosa e atraía cada vez mais concorrentes aos seus exames de seleção.

Outra área em que a EAF de Rio Verde foi pioneira na região, foi a de análise de solos. Com orientação de professores da Universidade Federal de Viçosa, foi montado o laboratório. A qualidade de suas análises despertou confiança

dos produtores da região. Além disso, serviços foram prestados à comunidade.

Dediquei um terço da minha vida profissional à EAF Rio Verde. Foram anos que muito me enriqueceram como pessoa e profissionalmente. Nela, pude aplicar princípios pedagógicos e contribuir para a formação de centenas de jovens. Isso não tem preço. Tenho muita saudade daqueles tempos. Rendo minha homenagem aos professores e funcionários do meu tempo de diretor. Éramos uma família, todos unidos em torno de um ideal: dar aos estudantes o melhor de nós.

O *Campus* de Rio Verde, hoje, é referência no Brasil, pela alta qualidade e pioneirismos de projetos tecnológicos. Obviamente, seus objetivos são diversos daqueles do meu tempo de Diretor. Os tempos são outros. Louvo e aplaudo o trabalho que lá se faz. Parabenizo seu atual Diretor, professor Fabiano Guimarães, pessoa competente e idealista. Aposentei-me em 1992.

Marcelo Bregagnoli

Sou Marcelo Bregagnoli, nasci em Monte Santo de Minas (MG), comecei a trabalhar na EAF de Muzambinho (atualmente IF Sul de Minas, *Campus* Muzambinho), Minas Gerais, em 1997, como docente, no Setor de Agricultura II (Culturas Anuais). A partir daí, estive como Coordenador Setor UEP Agricultura II (Culturas Anuais) na EAF Muzambinho de 1997 a 2002 e, depois, de 2006 a 2010. Fui Pró-Reitor de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação do IF Sul de Minas de 2010 a 2014; fui Reitor de 2014 a 2022 na mesma instituição. No MEC/Setec, estive como Diretor Desenvolvimento da Rede Federal, em 2023 e 2024. Atualmente, sou Secretário de Educação Profissional e Tecnológica da Setec/MEC.

Em Muzambinho, tive como gestores: Ivan Antônio de Freitas (Diretor Geral EAF Muzambinho, 1997 a 1998); Luiz Riberio Dias Filho (Diretor Geral EAF Muzambinho, 1998 a 2022); Valéria Machado (Diretora de Ensino EAF Muzambinho/ IF Sul de Minas *Campus* Muzambinho, 2006 a 2010); Sérgio Pedini (Reitor do IF Sul de Minas, 2010 a 2014).

A EAF foi importante para minha vida profissional, pois me proporcionou uma formação moral, cidadã e técnica. Fez total diferença na minha inserção no curso superior, oportunizando destaque diante dos demais colegas em relação à iniciativa, ao conhecimento técnico e ao trabalho. Também na vida

pessoal, tenho como balizamento a hombridade, a honestidade e o trabalho, traduzido em entregas. A EAF oportunizou melhoria na qualidade de vida, acesso aos estudos e, posteriormente, ao emprego e à renda, especialmente devido aos professores "exemplo", que me apoiaram na escolha da carreira profissional. Tenho como melhores lembranças o companheirismo, o espírito solidário e a proatividade. Até mesmo as dificuldades são lembradas como experiências de superação e oportunidades de melhoria.

Atualmente, com a criação dos Institutos Federais, outra ótica passou a fazer parte da vida estudantil. Conceitos como pesquisa aplicada e extensão tecnológica tornaram-se uma realidade na vida do estudante. Obviamente, o universo estudantil se multiplicou rapidamente, em decorrência da criação dos IFs, mas o caráter mais pessoal, do olho no olho, do "ombro amigo", acabou se diluindo. Todavia, as instituições passaram a oportunizar acesso ao nível superior e à pós-graduação em localidades próximas às cidades de origem dos familiares, ampliando as oportunidades no mundo do trabalho e o acesso a melhores salários oriundos da instituição. Isso, porém, não exime as instituições de abordarem temas relativos e necessários às ações didático-pedagógicas, como as aulas práticas, nem de promoverem a socialização, por meio de ações de esporte, cultura e entretenimento, entre outras.

Neiva Poletto (*In Memoriam*)

Ingressei em 1980, como Docente de Educação Artística e Desenho Técnico e fui também Coordenadora de Relações Empresariais (Ensino e Extensão), cuidando das relações entre empresa e escola-estágios. Na época, o Professor Cláudio Hinning estava como Diretor Geral e o Professor Silvano Milani como Diretor de Ensino.

Trabalhar nesta instituição foi muito importante para mim, pois como eu era professora do estado do RS e fui para um órgão federal, a diferença era muito grande. Poder viajar por esse Brasil afora, conhecer outros profissionais, fazer amizades, ampliar os conhecimentos, participar de várias formações são exemplos da importância da EAF em minha vida profissional. Além disso, pessoalmente, muitas amizades foram feitas e muita aprendizagem adquirida.

A melhor lembrança da Escola foi ter sido escolhida professora conselheira de algumas turmas em todos os anos da minha atividade docente, além de paraninfa. Atualmente, a instituição cresceu bastante. Hoje está mais orga-

nizada, setorizada; tem Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-graduação, projetos diversos, bolsistas, estudantes atuando em diversas atividades, vários laboratórios e espaços para a realização das atividades práticas e das pesquisas; há os Núcleos de Ações Afirmativas: Napne, Neabi, NEPGS. Em suma, melhorou em quantidade e qualidade.

Aposentei-me pela Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek, atual *Campus* Bento Gonçalves do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Quando saí da EAF, fui convidada pela prefeitura de Bento Gonçalves para ser a Diretora da Fundação Casa das Artes e do Museu do Imigrante.

Nilton Nélio Cometti

Me chamo Nilton Nélio Cometti e sou professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Rede Federal de EPCT. Atualmente, estou no Instituto Federal de Brasília, *Campus* Planaltina, eleito Diretor-Geral já em final do segundo mandato. Moro há 15 anos em Brasília, mas nasci em Ibiraçu, uma pequena cidade do Estado do Espírito Santo. Lá cresci, fiz Agronomia na Universidade Federal do Espírito Santo e segui para o mestrado na Universidade Federal de Santa Maria (RS), na área de biodinâmica e produtividade de solos e de plantas. Depois do Mestrado, atuei aproximadamente seis anos como gerente de uma fazenda com mais de 1.000 hectares de café arábico na região alta do norte do Espírito Santo, município de Baixo Guandu. Nela, gerenciei, em alguns momentos, mais de 1.200 trabalhadores; uma experiência incrível para um jovem de 23 anos. Depois dessa experiência, fiz o concurso público para a Escola Agrotécnica de Alegre (ES), onde assumi o cargo, mas fui imediatamente permutado com um colega para a Escola Agrotécnica Federal de Colatina, no norte do ES, em fevereiro de 1996. Nessa escola, chamada Eafcol, iniciei como Professor de 1º e 2º Graus, ganhando, em salário, exatamente o mesmo que na Fazenda Galiléia da Unicafé Agrícola LTDA, como gerente. Era algo em torno de R$ 1.808, um número emblemático que nunca mais me saiu da cabeça. Porém, na Escola, a vida era outra. Tinha horário para começar as atividades e terminar, muita diversidade de atividades, mas havia um elemento totalmente diferente: jovens de 15 a 19 anos, estudantes do curso Técnico Integrado em Agropecuária, com os quais aprendi a lidar com as necessidades didático-pedagógicas da nova

profissão, educador. Nesse ínterim, fui para o Doutoramento na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 1999, onde também consegui realizei estágio doutoral na *Utah State University*, nos EUA.

Iniciei na Eafcol como docente da disciplina de Culturas Anuais, ministrava aulas de milho, feijão, soja, sorgo, arroz e outros, além de abranger todos os tópicos específicos como solos, proteção das plantas, fitotecnia, manejo e colheita. Já em 1997, fui solicitado para tomar conta do setor e ministrar a disciplina de mecanização agrícola, que prontamente adotei para sempre como a disciplina que adoro ministrar, principalmente as aulas práticas. Depois ministrei muitas outras disciplinas, como Química, Inglês, Controle de Pragas e Doenças, Microbiologia de Alimentos, Metodologia Científica, Solos e outras. Lá eu tive alguns Diretores-Gerais: Fernando Roberto Fermo, João Batista Kefler Pinotti e Tadeu Rosa, além de outros gestores dos quais me tornei amigo, como por exemplo o Diretor de Ensino Nilson Nunes Moraes Junior.

A Escola Agrotécnica Federal, nos moldes da Coagri, habita em mim o tempo todo, pois lá aprendi a didática mágica de professores que não tinham tanta qualificação, mas realizavam um trabalho encantador, que fascinava os estudantes os levava a participar das aulas práticas com muita dedicação. Daquela experiência, hoje consigo encontrar um equilíbrio entre uma vida totalmente analógica e um mundo altamente digital, com GPS e piloto automático nos tratores e todo tipo de tecnologia embarcada nas máquinas em geral, com wi-fi em todos os setores da Escola-Fazenda. Pessoalmente, minha vida se confunde com a Escola Agrotécnica, e por conseguinte, com o Instituto Federal, pois, em 2011, vim para Brasília para o recém-criado Instituto Federal de Brasília (IFB), para auxiliar na instalação dos novos *campi* e cursos, na posição de Pró-Reitor de Ensino. Essa experiência me levou à Setec/MEC em 2013, até o ano de 2016, quando fui redistribuído para o *Campus* Planaltina. Aí, em 2019 fui eleito Diretor-Geral, estando até o momento nesta incrível jornada que tem me feito uma pessoa feliz. Nesse *campus,* conheci pessoas maravilhosas, tanto servidores quanto estudantes, que me fazem refletir diariamente sobre a importância desta Rede Federal de EPCT para a vida das pessoas.

De tudo que passei na Escola Agrotécnica, ficam sempre as mensagens inebriantes dos ex-estudantes e suas lembranças de um tempo muito bucólico de Agrotécnica, que chegam pelas redes sociais. Porém, também nos chegam novas experiências com os atuais estudantes, que elaboram aplicativos para celular voltados ao controle de doenças, à gestão da produção agrícola, à organização da vida escolar e a muitas outras finalidades. Além disso, pi-

lotam *drones*, constroem protótipos de automação e lidam muito bem com *softwares* e programação. O mundo mudou e, assim, vamos mudando com ele, atentos às transformações e trazendo o exemplo de nossas magníficas experiências na Escola Agrotécnica de Colatina. Seguimos contribuindo para moldar um novo país por meio dessa nova e inovadora institucionalidade chamada Instituto Federal.

Posfácio



É necessário um **resgate histórico e afetivo** da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (Coagri), destacando seu papel fundamental na **educação profissional rural** brasileira entre as décadas de 70 e 80. A Coagri revolucionou o aprendizado por meio do **"Sistema Escola-Fazenda"**, deixou um legado profundo na vida de seus integrantes e das Escolas Agrotécnicas Federais. Sua existência proporcionou inclusão social e laboral para jovens de baixa renda em dezenas de escolas agrotécnicas no interior do país. Os autores enfatizam que a Coagri funcionava como uma **rede colaborativa humanizada**, focada na emancipação econômica de filhos de agricultores por meio de um ensino prático e acolhedor. Mesmo após sua **extinção abrupta em 1986**, o legado de excelência pedagógica e o sentimento de comunidade entre seus servidores permanecem vivos como memórias de um período inovador. O relato reforça a importância das **políticas públicas voltadas ao campo** que garantam uma formação técnica sólida e dignidade aos cidadãos das periferias e zonas rurais. Longe de ser um trabalho acadêmico, o livro reconstrói a memória da história de uma rede colaborativa de 45 escolas voltada para a **emancipação educacional, econômica e social** de jovens, majoritariamente filhos de agricultores e moradores das periferias e dos meios rurais brasileiros.

Em suma, trata-se de um registro sensível e nostálgico sobre um tempo em que o ensino agropecuário se tornou uma ferramenta eficaz de **inclusão educacional, social e laboral** no Brasil, em que o trabalho era a o princípio educativo.

Criada em 1973, a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (Coagri) permaneceu pouco mais de uma década em funcionamento, mas deixou marcas significativas na história da educação profissional brasileira. Articulada a uma rede colaborativa de 45 escolas, a instituição participou de um período de importantes transformações no ensino agrícola e na formação de jovens e adultos, tendo como uma de suas referências o Sistema Escola-Fazenda, baseado na integração entre teoria e prática, trabalho e aprendizagem.

Este livro recupera essa trajetória a partir de memórias, experiências e registros de pessoas que fizeram parte da Coagri e das instituições de ensino que integraram essa rede. Ao percorrer os anos 1970, 1980 e o período que antecedeu e sucedeu a existência da Coordenação, a obra apresenta os desafios, as concepções e as práticas que marcaram a construção de uma política pública voltada à educação profissional no campo. A formação técnica, o acolhimento, a permanência estudantil e a preparação para o mundo do trabalho aparecem como elementos de uma experiência que buscou promover a inclusão educacional, social e profissional.

Mais do que reconstituir a história de uma instituição extinta em 1986, estas páginas preservam a memória de uma experiência coletiva e das pessoas que a construíram. São lembranças de um tempo em que servidores, professores, estudantes e comunidades escolares compartilhavam projetos, desafios e sonhos em torno da educação. Ao revisitar essa história, o livro registra o legado da Coagri e contribui para manter viva a memória de uma experiência que marcou a educação profissional agropecuária e a trajetória de muitas pessoas.

Edifes PARCERIA

editora IFPB